



DL-01

Ses. Esp. 31/05/12

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, convocada com o objetivo de discutir o tema Seca: Consequências e Políticas de Convivência para o Semiárido, proposta por esta deputada que ora vos fala.

Neste momento, convido para compor a Mesa os seguintes representantes de órgãos públicos e de instituições não governamentais: Sr. Secretário do Meio Ambiente, Dr. Eugênio Spengler; Sr. Deputado Federal Amauri Teixeira; Sr. Coordenador Geral do DNOCS, Dr. Josafá Marinho de Aguiar; Sr. Presidente da CERB, Dr. Bento Ribeiro; Sr^a Deputada Estadual Neusa Cadore; Sr. Presidente da EBDA, Dr. Elionaldo Faro; Dr. Marcos Freitas, especialista em recursos hídricos da ANA, Agência Nacional de Águas; Sr^a Coordenadora da Cáritas, Sr^a Cleuza Alves da Silva; Sr^a Diretora da EFA e membro da Refaísa, professora Josefa Garcia Santana. (Palmas)

Estamos aguardando a chegada do Sr. Secretário da Casa Civil.

Vamos iniciar os trabalhos, destacando que iremos debater nesta sessão especial uma situação que o nosso povo do Semiárido atravessa que, segundo os cientistas especialistas, é uma das maiores secas dos últimos anos. Sabemos do esforço que os órgãos do governo estadual, dirigido pelo nosso governador Jaques Wagner, estão tendo, em parceria com a nossa presidenta Dilma.

Mas, como também queremos, além das ações de emergência, que ações estruturantes se concretizem, para que em outros períodos nossa população esteja mais preparada, convidamos para este debate dirigentes dos órgãos vinculados a este tema, pessoas que trabalham muito para dar assistência neste momento. São estudiosos e pensadores que no dia a dia da equipe de trabalho do governador Jaques Wagner tratam de políticas permanentes, como é o Programa Água Para Todos. Esse programa é bem conhecido no nosso sertão, haja vista as suas muitas ações inauguradas, como foi o caso



recentemente no Território Semiárido Nordeste II, onde vimos 99 mil pessoas que passaram a receber água limpa, potável.

Queria dizer para todos os componentes da Mesa, aos quais agradeço imensamente por terem atendido o nosso convite, que além dessa preocupação com a água, também estamos preocupados com a economia do Semiárido. Sabemos que quando falta chuva, a produção agrícola e a pecuária vão embora. Um desastre que parece momentâneo, se transforma diante de uma seca bastante longa como esta. Por isso a importância e a responsabilidade desta nossa tarefa.

Estão presentes o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, associações, membros da Articulação do Semiárido, que no decorrer desta sessão iremos anunciando. Os técnicos da EBDA, aqueles que ficam espalhados nas unidades de campo em todo o interior da Bahia, também estão aqui. Inicialmente, passaremos a palavra aos membros da Mesa; em seguida, poderemos ouvir indagações, perguntas ou questionamentos.

Queremos aproveitar a oportunidade para agradecer à nossa assessoria, que preparou tão bem esta sessão e pedir para que façam mais uma tarefzinha: passem uma folha para os nossos convidados escreverem alguma sugestão que queiram trazer para a Mesa ou para os órgãos que estão presentes.

Por se tratar também de um dia de alegria, de festa, vamos, apesar do tempo exíguo, ouvir a música preparada pelos nossos alunos da Escola Família Agrícola, da região de Ribeira do Pombal e Cícero Dantas, acho que eles já estão prontos com os seus potes, as suas bacias, ramos, para cantar a música que, para mim, é uma das mais belas do nosso sertão. Foi composta pelo nosso compositor Gogó, e, pela sua letra, pelo seu jeito de apresentar, ela nos diz muito deste dia de hoje, desta nossa missão, enquanto poder público, de cuidar e melhorar a vida dos sertanejos, principalmente daqueles que mais precisam.

Não sei se o som já está ao lado delas, para que eu possa passar a palavra para as nossas cantoras da Escola Família Agrícola. Logo em seguida, vamos ouvir o diretor do DNOCS que precisa se ausentar por uma causa muito justa e que somente ele pode nos dizer. A gente vai ouvir primeiro a música e depois passaremos a palavra para o nosso diretor do DNCOS.



(Apresentação musical.) (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigada querida juventude, homens e mulheres da Escola Família Agrícola da região de Ribeira do Pombal, fazendo parte da Rede de Escolas do Semiárido Baiano.

Quero convidar o secretário da Casa Civil, Dr. Rui Costa, representando o Governador Jaques Wagner aqui na Mesa (Palmas). Convidar também o prefeito de Maracás e vice-presidente da UPB, representando todos os prefeitos do Estado da Bahia. (Palmas)

Como já tinha anunciado antes, por questão de tempo, vai fazer uso da tribuna, neste momento, o Dr. Josaphat Marinho, coordenador-geral do DNOCS-Bahia.



3500-II

Ses. Esp. 02 31/05/12

Or. Josaphat Marinho

Consequências e Políticas de Convivência com o Semiárido.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Com a palavra o Dr. Josaphat Marinho.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO:- Boa-tarde a todos, quero cumprimentar a Mesa, agradecer pela oportunidade, agradecer a todos que estão presentes nesta data tão solene, tão importante, corajosa, de uma sessão que trata hoje de um momento crucial da nossa realidade. Quero dizer que vou usar pouco tempo da tribuna apenas para me apresentar, estamos coordenando o DNOCS aqui na Bahia, agradecendo pelo empenho, pela força, principalmente do Governador Jaques Wagner, através do Secretário Rui Costa, pelo empenho que nos foi dado para essa oportunidade.

Dizer que vou usar pouco da palavra, porque também vou participar de um momento muito importante na minha vida particular, que é ser pai pela primeira vez (palmas), e minha esposa está na maternidade, será às cinco horas da tarde. Mas quando a deputada me convidou, eu disse que não podia deixar de estar aqui, porque quando cheguei ao DNOCS foi a primeira deputada que esteve lá comigo e nem havia tomado posse, e ela passou a sua experiência por ter também coordenado aquele órgão, por ter feito um trabalho ali brilhante, apesar das nossas dificuldades. Ela sabe também da nossa realidade, do empenho que teremos ao longo dessa trajetória.

Hoje passamos por um momento muito difícil na Bahia, e o que está dando um respaldo maior para a Bahia é o investimento do governo estadual na infraestrutura hídrica, porque há algum tempo o DNOCS ficou sem investimento na Bahia. Não conseguimos manter, porque somos um órgão genuinamente de combate à seca. Foi criado em 1909, e durante essa trajetória toda, criado no Ceará. Eu estava conversando há pouco com o correitor da UNEB, e ele até me dizia que em 1930 o Ceará tinha mais de um bilhão de metros cúbicos de água e hoje nós temos na Bahia menos de um bilhão de metros cúbicos de água. Ou seja, na realidade, temos hoje menos de trezentos milhões de metros cúbicos.

Então, a nossa realidade é difícil, temos que enfrentar com coragem, temos que



pedir. Temos na quarta-feira que vem uma audiência com o Ministro da Integração, que eu marquei, porque precisamos discutir sobre a Bahia. Dessa forma temos que direcionar. Temos alguns apoios de deputados, o deputado Zezéu Ribeiro, por exemplo, está-nos dando esse grande empenho também, e ele nos tem ligado. Dessa forma, quero aqui só especificar que o órgão vai estar sempre aberto ao diálogo, como recebemos hoje as comunidades, como a de Itapé, Monte Santo, várias que estiveram com a deputada.

Portanto, quero deixar claro que apesar do nosso Semiárido baiano ter 320 mil quilômetros quadrados e temos hoje praticamente a área entre Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, nós temos tudo isso, enquanto os outros quarenta bilhões de metros cúbicos de água, nós só temos um bilhão.

Portanto, temos um desafio muito grande pela frente. Quero agradecer a oportunidade que a deputada nos deu. Estou aqui exatamente porque ela nos prestou esse ombro amigo para nos ajudar nesse momento tão difícil. Portanto não temos medo do desafio, eu também venho de uma região muito seca, já peguei água de longe, já dei água de longe ao gado, hoje sou advogado, mas eu já passei por isso, já convivi com a seca, já passei esse tipo de necessidade. Eu já tive de acordar de madrugada para esperar o carro-pipa chegar na cidade para eu pegar água. Portanto nós que conhecemos a realidade na prática, temos um pouquinho mais de entusiasmo para trabalhar. Não é por menos que estamos sendo indicado com essa parceria, com essa afinidade com o governo estadual e com o governo federal, agradeço à presidente Dilma pela confiança e o empenho do governador Wagner pela nossa nomeação, ao vice-governador Otto Alencar, enfim a todos aqueles que estão aqui apostando em nosso trabalho.

Que Deus abençoe a todos, vamos à luta para fazer um bom trabalho. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

**3501-II****Ses. Esp. II 31/05/12****Or. Rui Costa****Consequências e Políticas de Convivência com o Semiárido.**

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Quero agradecer as presenças dos deputados Joseildo Ramos e Gildásio Penedo, a Associação dos Agricultores de Bela Vista de Tucano e, em nome dela, saudar a todos que vieram do município de Tucano para aqui. Cada hora que vou saudando, eu vou lembrando que aqui tem a Bancada toda do Semiárido baiano. Saudar a Associação do Sítio do Mandacaru, saudar os amigos, agradecer a presença da Pastoral Rural, da Associação de Santa Luzia, da Associação dos Produtores Rurais de Caju, do Tabuleiro, dos representantes da Seplan – muito obrigada pela presença, do Sindicato de Cícero Dantas, em nome dele, saudar todos que vieram da minha terra, Cícero Dantas, onde moro por 36 anos, da Associação da Acape, de Catador de Jornal, da Associação de Murici, da Associação de Itapicuru, da Associação das Mulheres Artesãs e das Agricultoras Familiares de Nova Soure, em nome dessa associação saudar todos que vieram de Nova Soure.

Passo a palavra para o secretário Dr. Rui Costa, agradecendo, antecipadamente, a presença dele conosco aqui. Das ações emergenciais que ele está desenvolvendo, muitas são as ações que vão ser permanentes, para melhora da vida do povo do sertão, do Semiárido baiano.

O Sr. RUI COSTA:- Boa-tarde a todos e a todas. É um prazer enorme estar aqui, quero parabenizar a deputada Fátima Nunes por essa iniciativa de debater, de expor as ações, de ouvir sugestões, trazendo à Assembleia essa questão que é extremamente relevante, a convivência com o Semiárido e a situação atual de uma estiagem que é a maior dos últimos 47 anos. Portanto parabéns, Fátima, você honra, com certeza, o voto que você teve do povo da Bahia, principalmente a votação maciça na região do Semiárido e você representa muito bem esse povo.

Gente, eu preparei uma apresentação de *slides*, mas foi instalada lateralmente, vai ficar um pouco desconfortável para vocês olharem, mas eu vou tentar passar rapidamente no



sentido de fornecer o máximo de informações possíveis para subsidiar o debate. Eu já pedi desculpas à Fátima por não poder ficar até o final, porque tenho um compromisso em seguida com o governador na FIEB.

Hoje nós temos 244 municípios temos 244 municípios em situação de emergência, com decreto de emergência, desses 244, 215 municípios já tiveram sua emergência reconhecida pelo governo federal. Nós estamos falando, portanto, em uma população diretamente atingida de dois milhões e setecentas mil pessoas que neste momento sofrem os efeitos da estiagem.

Só para vocês terem uma ideia da gravidade dessa seca, aí tem um parâmetro que é a seca de 1965, no gráfico, quanto mais vermelho, mais seco e mais tempo sem chuva. Então, dá pra ter a noção. Tem dois gráficos, 1965 e 2012, e dá para perceber que a Bahia, entre todos os estados do Nordeste, é o que tem maior área atingida pela estiagem, pela falta de chuva. Não tenho dúvida, em termo de extensão e de intensidade a Bahia é o Estado com maior número de municípios e área territorial atingida.

Ai é a previsão do clima para os próximos três meses, e também não é nada otimista no Semiárido, ou seja, não há previsão de chuva, não a chuva de inverno, a chuva fina, mas a chuva para repor o manancial de água, não há previsão de chuva nos próximos três meses para a maior parte do Semiárido baiano.

O Governador Jaques Wagner quando assumiu o governo, em janeiro de 2007, e ao elaborar seus programas de governo, desde aquele momento, elegeu o abastecimento de água como uma das suas prioridades, como a questão estruturante da qualidade de vida do povo da Bahia, por isso criou o Programa Água para Todos, que tem feito forte investimento no abastecimento de água e de saneamento. Então, ali dá para vocês verem, é um gráfico que começa em 1991 até 2012, e vocês podem ver, a partir de 2007, como começa a subir a curva de investimento, tanto para o abastecimento de água, que é a linha azul, como o esgotamento sanitário em termos de volume e de investimento, ou seja, há um forte crescimento no volume de investimento a partir de 2007 com a criação do Programa Água para Todos.

Esses valores também são visíveis aí nessas colunas que vocês estão vendo, a partir de 2009 temos o valor de execução na Embasa em termos de milhões, esse primeiro ano é o



de 2002 e esse último é o ano de 2012. Então, dá pra ver o quanto cresceu em volume de investimento a partir do Governo Jaques Wagner o abastecimento e o esgotamento sanitário.

O próximo gráfico é o número de ligações da Embasa em termos de ligações por ano. Também demonstra o crescente número de ligações feitas a partir do Programa Água para Todos.

O gráfico seguinte mostra o investimento da Cerb, que também é bastante expressivo, dá pra ver a curva ascendente a partir do ano também de 2008. Mas apesar desse forte crescimento no investimento, como a anterior era uma situação de baixo investimento, ou não investimento no volume necessário, essa seca, que é a maior dos últimos 40 ou 47 anos. E esta seca impactou fortemente não só a agricultura, mas impactou, fortemente, o abastecimento de água nas sedes das cidades e na zona rural.

Nós estamos fazendo várias ações emergenciais. O primeiro bloco de ações – diria – são as ações voltadas à assistência às pessoas, ao apoio para sobrevivência e para minimizar o sofrimento causado pela seca. Na parte dessa assistência, nós estamos fazendo convênios com os municípios, sejam através da Cordec, sejam através da CAR, para dar apoio à contratação de carros-pipas a fim de garantir a entrega – junto com o Exército, também, ação do governo federal – do fornecimento de água nas diversas comunidades e localidades.

Estamos, também, aplicando R\$ 30 milhões basicamente recebidos da emergência do governo federal, em dois itens, quais sejam, o primeiro, no abastecimento de água através de carro-pipa; e o segundo, na compra de alimentos. Nós compramos, através da Ebal, 240 mil tíquetes para serem sacados. Seriam 240 mil cestas básicas para serem distribuídas à população e já estão sendo distribuídas nos municípios. Essa distribuição já começou. Assim como, conseguimos quase 10 mil cestas básicas junto ao governo federal, que já foram distribuídas, como duas mil toneladas de feijão, mil toneladas de arroz que também já estão sendo distribuídas para a população.

Também, articulado com o governo federal, no sentido de reforço, seja para suspensão das dívidas do Pronaf dos agricultores familiares – que já saiu, inclusive, a medida provisória da presidenta Dilma –, como também abertura de novas linhas de crédito para os



pequenos e médios produtores, a fim de que eles possam retomar, primeiro, algum financiamento para passar este momento de dificuldade de seca; segundo, abertura de novas linhas de crédito assim que a chuva chegar para que nós possamos apoiar os agricultores a retomar a sua produção e a sua criação.

O governo federal e a presidenta Dilma, também, lançaram uma outra linha de apoio aos agricultores familiares: é a Bolsa Estiagem. O que é a Bolsa Estiagem? É um valor de R\$ 400,00 pagos a todo agricultor familiar que estiver registrado como agricultor familiar no estado, ou seja, tiver a DAP e estiver, ao mesmo tempo, cadastrado no CAD único do Cadastro do Bolsa Família. Então essas pessoas terão direito a R\$ 400,00 pagos em cinco parcelas de R\$ 80,00; sendo o primeiro pagamento no dia 20 de junho próximo. Então vamos dizer assim, entre outras ações, essas são ações voltadas a prestar assistência e apoio diretamente à população rural atingida.

Uma outra linha de ação é reforçar e acelerar obras estruturantes e obras permanentes para a convivência no Semiárido. Eu me refiro, por exemplo, à ampliação imediata da construção de cisternas, aguadas e barragens subterrâneas. Nós assinamos um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social no valor total de R\$ 130 milhões para construir cisternas de consumo, cisternas de produção, barragens subterrâneas, ou seja, várias formas de armazenamento de água, seja para consumo, seja para plantação, para que nós possamos melhorar a qualidade de vida das pessoas e, assim, possa melhorar a convivência do homem e da mulher com o Ssemiárido. São R\$ 130 milhões que já estão sendo aplicados e serão aplicados em todo o Semiárido.

Até dezembro deste ano, nós temos uma meta de instalar 39 mil cisternas de consumo humano. Serão 27 mil pela Secretaria de Desenvolvimento Social – Sedes – e 12 mil pela CAR no convênio com o Ministério da Integração.

Nós assinamos, também, um convênio com o Ministério da Integração para construir grandes barreiros no valor de R\$ 14 milhões que, também, serão investidos para a construção de aguadas, barreiros para poder fazer reservatórios de água.

Conseguimos junto ao Ministério da Integração um convênio de R\$ 168 milhões para a construção de 1.240 sistemas simplificados de água. São aqueles sistemas com poços



artesianos, bombas, caixa d'água e a pequena rede de distribuição nas comunidades. Nós que estamos dentro da CERB precisamos pisar no acelerador, com o objetivo de tentarmos atingir uma meta de 500 sistemas instalados até dezembro deste ano. Pedi que acelerasse e contratasse novas empresas para fazer a instalação, mas a CERB está na sua capacidade máxima operacional. Quero agradecer a todos os servidores, pedir um esforço adicional - sei o quanto a turma tem trabalhado - para poder acelerar e fazer mais do que sempre foi feito e este ano para que consigamos construir o máximo de sistemas simplificados. De qualquer forma, o dinheiro está encaixado. São 1.240 sistemas que iremos construir.

Além desses recursos do Ministério da Integração, liberamos recursos do Fundo de Combate à Pobreza e recursos da CORDEC - Defesa Civil - para fazer sistemas simplificados, aguadas, barreiros, assim como abastecimento de água via carro-pipa.

Assinamos com o MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário - um convênio para a instalação de 300 poços artesianos, que não eram próprios para o consumo humano por ser a água muito salgada, mas poderá ser aproveitada para o consumo animal.

Colocamos recursos do Fundo de Combate à Pobreza, recursos do MDA e a Fundação Banco do Brasil contribuiu com R\$ 1 milhão, juntamos tudo e a obra já está sendo executada pela CERB. Até dezembro, instalaremos esses 300 poços que, exclusivamente, servirão para o abastecimento animal, já que a água é imprópria ao consumo humano.

Além dessas ações que chegam aos distritos, às pequenas localidades, estamos acelerando e concluindo algumas obras já iniciadas em regime emergencial. Refiro-me, por exemplo, à adutora de Irecê que está pegando água no rio São Francisco e trazendo para a região de Irecê. Esse investimento é no valor de R\$ 178 milhões. A obra fica concluída no final de outubro deste ano. A terceira etapa está sendo feita em regime emergencial. É uma obra em parceria com o Ministério da Integração e com recursos do Estado. Diria que ficaremos menos dependentes da Barragem de Mirorós.

Estamos fazendo uma segunda grande adutora que pega água do São Francisco e leva até o município Guanambi, num investimento de R\$ 100 milhões. Essa obra ficará pronta em setembro.



Conseguimos, nesta semana, junto ao Ministério de Integração e ao novo presidente da Codevasf, Delmo, um adicional de recursos no valor de R\$ 44 milhões para estender essa água não só até Guanambi, mas até o município de Caitité e outras comunidades. Amanhã, em Caitité, o governador assinará o convênio com o ministro.

Temos aqui, na região Nordeste do Estado, um projeto extraordinário para aproveitar o lençol subterrâneo da bacia de Tucano, que pega toda a região de Euclides da Cunha, Cícero Dantas. A primeira etapa o governador já inaugurou que é um projeto de 78 milhões de reais. Solicitamos, e já fomos atendidos, o adicional de 18 milhões de recursos para estender a outras comunidades rurais.

Também solicitamos uma segunda etapa do projeto Águas do Sertão para atender outros municípios. Para essa segunda etapa, os recursos também estão garantidos, vamos licitar a obra agora. Atenderá os municípios de Quijingue, Euclides da Cunha, Monte Santo, Nordestina e Cansanção. Toda aquela região e muitos distritos serão abastecidos por esse sistema no valor de 104 milhões de reais para o qual lançaremos em breve o edital de licitação. Estamos finalizando o processo burocrático de convênio para abrir o processo de licitação.

Na região do sisal, temos dois grandes sistemas: o de Pedras Altas no valor em torno de 60 milhões de reais que vai ficar pronto no mês de julho; e o sistema que pega água de Biritinga para abastecer Serrinha e outras comunidades no valor de 42 milhões realizados pela Embasa. Os dois investimentos juntos estão na ordem, só para a região sisaleira, de 100 milhões de reais.

Licitamos novamente o sistema de Ponto Novo que pega a região de Senhor do Bonfim, porque a obra havia sido iniciada, está com mais ou menos 60% de execução, e está paralisada porque empresa abandonou a obra. E nós estamos concluindo o processo de nova licitação. Nos próximos dias, está sendo dada a ordem de serviço para essa obra ser reiniciada para que possamos resolver o problema ali que também é grave.

Entre todas as cidades da Bahia, a situação mais crítica é a da cidade de Andorinha, perto de Senhor do Bonfim. A sede e a zona rural estão sendo integralmente abastecidas com carretas de água, já que ali o abastecimento entrou em colapso total.



Para reforçar esse montão de investimentos que falei, que são importantes e vão ajudar e muito diversas regiões, fizemos mais projetos e não temos recursos para executá-los. Então fomos bater na porta do governo federal para pedir reforço no nosso orçamento, pedir mais dinheiro para construir esses novos sistemas.

Entregamos ao governo federal um total de 915 milhões de reais em pedidos para abastecimento de água em vários sistemas espalhados pelo Estado inteiro. Nos próximos dias, deveremos fazer uma nova reunião com o governo federal para buscar o encaminhamento do quanto desses 915 milhões teremos de imediato para que possamos lançar os editais de licitação.

Temos alguns sistemas ainda muito críticos como o de Vitória da Conquista que são as barragens de Água Fria I e II que estão num nível muito baixo. Portanto, o secretário do Meio Ambiente vai falar posteriormente, o governo do Estado, através da Secretaria do Meio Ambiente, teve que fazer uma ação, não só na região de Irecê, mas também na região de Conquista, de apreensão de bombas e de retirada de toda a sucção para a agricultura dos rios e dos lagos de Água Fria I e II para poder prolongar o reservatório, já que chegamos ao ponto crítico, no mês de maio, em que a água armazenada só daria para mais 80 dias de abastecimento. E nós estamos falando ali de abastecimento para 350 mil pessoas. Felizmente, há um gráfico que mostra isso aí, conseguimos, seja com as ações do Meio Ambiente de apreensão das bombas, seja com o frio que chegou em Conquista, porque com o frio diminui a evaporação da água e o consumo da água diminui bastante, a recuperação do nível no início do mês de maio o que garante que consigamos levar esse nível de água até os meses de novembro e dezembro, que são meses que têm expectativa de vir chuvas mais fortes para realimentar esses reservatórios. Há, entre esses pedidos que fizemos ao governo federal, uma solicitação de 24 milhões de reais para fazer uma adutora do rio Catolé para a Barragem de Água Fria para, emergencialmente, fazer essa transposição de dois rios e com isso garantir o abastecimento por mais tempo, enquanto vamos construir uma barragem no rio Catolé e vamos reestruturar o sistema de abastecimento de água de Vitória da Conquista. Essas duas obras juntas somam quase 200 milhões de reais na cidade de Vitória da Conquista.



Já falei de Barreiras, de cisternas. Itabuna não tem seca, mas vamos iniciar uma barragem também no mês de dezembro que é a Barragem do rio Colônia, o recurso já está contratado, é uma obra do PAC, não é uma região de seca mas está em andamento. Aqui temos Nelson Portela, prefeito de Maracás, e para todos os prefeitos que quiserem, nós abrimos com recursos do Fundo de Combate à Pobreza a possibilidade de convênio com a Cerb para o conveniamento de tubos para que os prefeitos e prefeitas que quiserem fazer a extensão de rede em parceria com o governo do Estado, estamos disponibilizando o material, tubos, para que essa extensão possa ser feita. Lembro sempre que a realização do convênio estará condicionada, evidente, à aprovação técnica dos técnicos da Cerb para atestarem a viabilidade daquela extensão de rede. Não adianta nada só pela necessidade ou pelo desejo de levar água se fazer uma extensão se tecnicamente não tiver a garantia de que essa água chegará.

Portanto, é preciso uma avaliação técnica e a aprovação dos técnicos da Cerb, mas tendo a aprovação técnica, eu disse a Bento e reafirmo aqui publicamente, nós adicionaremos os recursos necessários a fazer convênio com todos os prefeitos que desejarem fazer convênios para a extensão de rede. Evidente que tem que ter a viabilidade técnica, que inclusive pressupõe a existência de água, porque não adianta fazer a extensão de rede se a água que está na tubulação não é suficiente para atender a todos. Aí estaríamos criando uma ilusão para as pessoas, e esse não é o nosso objetivo. A avaliação técnica significa técnica no sentido construtivo da obra em si, mas também técnica de avaliar se o volume de água disponível é suficiente para abastecer a nova comunidade pretendida. Mas tendo essa avaliação técnica, haverá recurso suficiente para atender a tantos quantos municípios queiram ser parceiros em ajudar, e já fizemos convênios com 12 municípios para os projetos de água.

Temos contratos do PAC 2, também na Funasa, e só estamos esperando autorização para licitar, são mais 64 milhões de reais no BNDES. A Embasa deve falar daqui a pouco. Temos mais recursos contratados do BNDES e também estamos esperando a autorização para a contratação. Essa semana já falamos com o BNDES e com a Funasa para solicitar a liberação imediata para que possamos liberar esses recursos.



Uma outra ação que estamos fazendo junto à Conac é no sentido de subsidiar a venda de milho para a agricultura familiar. Saiu uma Portaria do governo federal disponibilizando milho para a venda, para o agricultor familiar, a preço de R\$ 18,10. Portanto, para a Bahia a Conab está comprando, tinha disponível em estoque e ainda tem uma quantidade de 3 mil toneladas e já está vendendo; está comprando agora 50 mil toneladas para o Estado da Bahia disponibilizar. Em parceria com a Conab, que tem três armazéns aqui, em Irecê, Ribeira do Pombal e Entre Rios, e estamos ampliando em mais nove pontos de armazenamento espalhados pelo Estado para facilitar e baratear a aquisição pelos agricultores. Tentaremos aumentar a distribuição para ficar mais próxima das cidades e, portanto, diminuir o custo de transporte.

Segunda-feira, estaremos lançando o comitê SOS Seca, coordenado pelas Voluntárias Sociais da Bahia. Algumas pessoas da sociedade civil se disponibilizaram a ajudar e dar apoio às comunidades. Então, a sociedade civil, os empresários e redes de comunicação estarão envolvidos no sentido de estimular o apoio e a solidariedade às pessoas que são atingidas pela seca.

Quero, aqui, deixar o convite para um evento que acontecerá amanhã na UPB, com a participação do vice-governador, Otto Alencar, e do INPE, que também ajudará os prefeitos na previsibilidade da seca e da chuva para que possamos melhor nos preparar.

Quero dizer, também, que estamos fazendo um grande esforço. O governador, como disse antes, investiu e priorizou desde o primeiro dia do seu governo o abastecimento de água, por isso criou o Programa Água para Todos, que é um sucesso reconhecido nacionalmente, tanto que a presidente Dilma, copiando o nosso modelo, lançou o programa Água para Todos nacional, do governo federal, para reforçar o abastecimento de água no País inteiro.

Apesar de todos esses investimentos, é evidente que a Bahia é um estado territorialmente grande, mas, infelizmente, no passado, não tivemos, como mostramos nos gráficos, um forte investimento na distribuição.

Muita gente pergunta sobre a seca como se fosse possível combatê-la ou extingui-la. A seca é como a neve. Onde cai neve, as pessoas aprendem a conviver com ela e criam



adaptações nas casas, nos telhados, nas ruas. O ambiente é transformado para se adaptar ao clima. E aqui temos que fazer a mesma coisa. Não vamos impedir de vir a cada período de 30 anos, 40 anos ou 50 anos uma seca com essa extensão, o que podemos, e estamos fazendo, é criar toda uma infraestrutura, seja a micro, que atende a uma só família, que é o caso da cisterna, seja aquela que atende a mais famílias, como é o caso das barragens subterrâneas, que armazenam água debaixo da terra por muito tempo para o plantio; seja cisterna de consumo, seja sistema simplificado, sejam grandes adutoras, como essa de que estamos falando. Então, não existe uma solução apenas, são várias soluções que são aplicadas para a convivência com o Semiárido.

Quero parabenizar, mais uma vez, à deputada Fátima Nunes e na pessoa dela saudar todos os componentes da Mesa e agradecer pela oportunidade de expor as ações que o governo do Estado está realizando.

Peço desculpas por não poder ficar até o final, mas ficarão aqui Eugênio, que é secretário de Estado; Bento, presidente da CERB; Elionaldo, presidente da EBDA; Luís Henrique, da Casa Civil; e Fernando, que estão também, com certeza todos capacitados. Estou deixando minha apresentação aqui com Eugênio para ele responder eventuais perguntas que tenham.

Eu gostaria, Fátima Nunes, de receber depois todas as sugestões, questionamentos que chegarem aqui, propostas ou solicitações que forem apresentadas para que incluamos na pauta e possamos atender o mais rápido possível.

Uma boa-tarde e uma boa conferência para vocês.

(Não foi revisto pelo orador.)



3502-II

Ses. Esp. II 31/05/12

Or^a Cleuza Alves da Silva

Consequências e Políticas de Convivência com o Semiárido.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Quero registrar a presença do deputado federal Josias Gomes e agradecer ao deputado Rui Costa. Entendo a necessidade de sair agora.

Anuncio a presença de Luiz Henrique, já anunciada pelo próprio secretário, e agradeço, pois ele já estava ali preparado para fazer um grande trabalho.

Quero agradecer também as presenças do vereador Luciano Pinheiro, de Euclides da Cunha; da vereadora Maria Helena, de Inhambupe; do vereador Jilson Cardoso de Macedo, de Canudos, e saudar toda a Bancada de lá. E em nome de Maria Helena saúdo igualmente toda a Bancada de Inhambupe. São muitas pessoas. E o MMTR, que está presente com sua marca registrada. Muito obrigada.

Em nome de Luciano e de Pereira do Mel, que está ali à frente, quero saudar toda a Bancada de Euclides da Cunha; Flézio de Souza Santos, vereador de Barro Alto, assim como Maurício Fernandes da Silva; e o vereador João Honorato, de Casa Nova, Bahia. Ele veio de longe, da minha terra natal, porque sou das barrancas do São Francisco e de Paripiranga e moro em Cícero Dantas.

Muito obrigada pela presença também do vereador Zé Carlos e do vice-prefeito Gilmar. Em nome dos dois quero saudar toda a Bancada de Cícero Dantas mais uma vez; Obrigada ao vereador João, de Aporá, e a toda a Bancada de lá. Agradeço ao aspirante médico Thiago Pereira Belo, representando o comandante da Base Aérea, coronel-aviador Maurício Carvalho; pai William de Orixá e, em nome dele, a todas as religiões de matriz africana; Éder Freitas da Cruz, presidente, comandante geral dos Guardiães da Caatinga; Dr. Luiz Paulo Neiva, pró-reitor da Uneb e representante do reitor Lourivaldo Valentim.

Estamos fazendo um trabalho e vamos ter uma audiência pública especificamente para tratar de um projeto que está sendo desenvolvido pelo Fórum de Canudos com a Comissão do Meio Ambiente. Já estamos acertando a data.



Agradeço a Rejane Santos, representando a Associação dos Pequenos Produtores de Fátima. E em nome dela a toda a Bancada do município; Suzicleide Santos, representando a Associação de Fátima e de Santa Clara.

Enfim, muito obrigada a todos.

Vou passar a palavra a Cleuza, representando a articulação do Semiárido. Fique à vontade para fazer uso da palavra. (Pausa) Enquanto Cleuza chega, quero saudar a presença do deputado João Bonfim.

A Sr^a CLEUZA ALVES DA SILVA:- Gostaria, em primeiro lugar, de saudar a Mesa e agradecer à deputada Fátima Nunes pelo convite feito à Articulação do Semiárido para estar presente aqui agora. Saúdo também a todas as pessoas que estão na Assembleia Legislativa para este debate tão importante sobre a convivência com o Semiárido neste momento em que passamos por um período prolongado de estiagem que está afetando a vida das comunidades. A articulação do Semiárido congrega todas as entidades que atuam em ações de convivência com o Semiárido. Aqui, na Bahia, executando programas em parceria com os governos estadual e federal, somos 23 entidades. Trabalhamos de modo especial com as populações difusas da zona rural, aquelas famílias que não têm acesso à água encanada nos povoados e cidades, com sistema de captação de água de chuva para o consumo humano e para a produção de alimentos.

Muito do que pensamos em dizer aqui já foi falado. Muitas vezes, debatemos muito na ASA que a seca é previsível. Temos um histórico, estudos de longa data, de que as secas são fenômenos naturais que acontecem no Semiárido. Elas sempre aconteceram e sempre acontecerão. O problema é que, além de ser um fenômeno natural, ao longo desses anos, elas se tornaram problemas de catástrofes socioambientais. Sabemos o número de pessoas, de crianças, que morreram no Semiárido brasileiro nesses períodos agudos de estiagem de seca.

Também ao longo desses anos, aprendemos que seca não se combate, como não se combate neve, Rui Costa já dizia isso aqui. Precisamos conviver com o nosso clima, conviver com o Semiárido e entender que o Semiárido não é um lugar ruim de se viver. É um lugar bom. Na ASA, dizemos que o Nordeste é a terra prometida aos nordestinos, e o



Semiárido é a terra prometida às populações em que lá vivem com as suas tradições, com a sua cultura.

A ASA publicou , recentemente, no final de março, um documento em que traz o seu posicionamento, o seu pensamento, sobre esse momento atual da seca no Semiárido. Esse documento foi enviado para a presidenta Dilma, foi enviado a todos os governadores. Por sinal, o governador Jaques Wagner já respondeu. Acusou o recebimento desse documento e já encaminhou uma resposta à ASA. Aqui, neste documento, a ASA coloca, expressa, o que é que entende. O que são ações emergenciais e o que são ações estruturantes.

Não adianta pensarmos no socorro imediato agora das famílias se não conjugarmos com isso as ações estruturantes. Isso aqui já foi falado também por quem veio a esta tribuna dizer das ações do Estado. O que é que nós enquanto ASA estamos pleitando sobre ações emergenciais? O abastecimento imediato e contínuo das cisternas. Muitas famílias têm a cisterna de consumo humano, mas precisam de abastecimento. Gostaríamos que esse abastecimento fosse feito com recurso público e gratuito. Por que falamos isso? Porque já existem denúncias de que, em determinados lugares, um carro-pipa custa entre R\$ 600 e R\$ 800. O poder público tem que garantir o abastecimento dessas cisternas, e com água de qualidade.

A ASA também pleiteia o cuidado cidadão, para que o abastecimento feito como direito e com recursos públicos não se torne um instrumento de manipulação política e de enriquecimento ilícito. Há sinais de que essa prática não foi extinta, dado que começa a se manifestar e atuar em determinados municípios. Este é um ano eleitoral, infelizmente, já escutamos rumores por aí de pessoas dizendo que este ano é bom para a eleição, há muitos carros-pipa por aí. Infelizmente, escutar esse tipo de discurso dói, porque estamos lutando pela ética na política, para não usarmos o sofrimento do povo em benefício eleitoral, em campanha eleitoral. Para isso, estamos conclamando as nossas comissões municipais para que façam controle social para que façam as denúncias.

Nesse documento, estamos pedindo para que os Ministérios competentes instalem o disque-denúncia para que a população tenha os meios para fazer essa denúncia, caso haja algum abuso nesse sentido, o uso eleitoreiro dos carros-pipas, das ações emergenciais.



Estamos pedindo, também, o abastecimento das cisternas-calçadão para dessedentação animal. Sabemos que, com essa estiagem, muitos pequenos criadores, agricultores familiares, correm o risco de perder o seu rebanho por falta de água. Tendo essas estruturas de cisterna-calçadão e outras estruturas de captação de água da chuva, elas precisam ser abastecidas para garantia de dessedentação animal. Já sabemos que o Estado está fazendo o controle das irrigações, principalmente das mais predadoras.

Liberação imediata de créditos especiais, no sentido de dotar os agricultores de capacidade alimentar para os seus animais e para manter as suas propriedades, com negociação dos seus débitos pendentes. Cuidado especial para que os créditos liberados não sejam, continuamente, aqueles maiores e mais volumosos, tendência da maioria dos bancos, e que tornará inócua uma linha de crédito da agricultura familiar, sendo um instrumento de enriquecimento. Então, atenção especial com aqueles que são realmente pequenos agricultores familiares.

A Asa, nas ações estruturas, pleiteia, no campo da captação da água, a continuação desses programas que já foram citados aqui. A continuidade dos programas de cisternas, de sistemas de captação da água de chuva para consumo humano e para produção de alimentos. Sabemos que não basta resolver, nas famílias rurais, o abastecimento humano; precisamos garantir água para produção de alimentos.

Temos uma crítica bastante séria, a qual já fizemos abertamente para o governo Federal, com relação à prática, ao uso que se faz, ultimamente, da implantação de cisternas de plástico. A Codevasf está fazendo isso. Essas cisternas de plástico vêm de outros lugares, de multi-nacionais, já vêm prontas, custam o dobro da cisterna de placa, custam 5 mil reais, enquanto que a cisterna de placa, com toda formação que se dá para as famílias, com todo processo que é feito, fica por pouco mais de 2 mil reais. Não entendemos por que o Governo brasileiro está gastando o dobro numa tecnologia que vem de fora, que não utiliza mão-de-obra local (palmas), que não aquece a economia local, enquanto os nossos pedreiros, os agricultores familiares que trabalham na construção de cisternas estão sem trabalho, o comércio local está parado, não vende o seu cimento, não vende o seu arame. Com cisternas de placa, que já temos o acúmulo e sabemos da sua durabilidade, poderíamos estar



aquecendo a economia, fortalecendo as famílias, e não precisando distribuir cesta básica para quem está passando fome. Temos essa crítica a fazer.

Estamos falando também da limpeza das aguadas, dos açudes, na perspectiva de armazenamento das águas que virão das chuvas, a escavação de pequenos barreiros familiares. Para citar um exemplo de Várzea da Roça, no ano de 2009 e 2010, foram construídos vinte barreiros pelo projeto Aguadas, parceria da Asa com o Ingá. Desses 20 barreiros, hoje, dezessete têm água, essas famílias, no período da seca, não estão passando sede pois há reserva de água para os seus animais. São soluções pequenas e descentralizadas que atendem às famílias. São sinais que precisamos olhar.

Nesse documento, estamos dizendo que a Asa trabalha com a população que está na zona rural. E a população urbana? Ela precisa de outras soluções. No documento da Asa, estamos colocando que a Agência Nacional de Águas, que está aqui presente, tem um atlas, tem todo mapeamento das adutoras, do sistema de abastecimento urbano. Esse mapa já vem de longa data, de um serviço da Agência Nacional de Águas. E nós estamos dizendo que esse mapeamento deve servir de referência para as decisões políticas, para o abastecimento das cidades no Semiárido baiano, no Semiárido brasileiro.

Nós estamos dizendo também que é importante rever a política de irrigação, que demanda o dinheiro público, constrói canais para grandes empresas, mas não abastece as populações com necessidades básicas de consumo humano. É necessário lembrar que a Lei Brasileira de Recursos Hídricos define que a disponibilidade de água deve priorizar o abastecimento humano e a dessedentação dos animais.

A gente sabe também que só água não resolve. Sem acesso à terra, sem reforma agrária, garantir água não é suficiente. Nós sabemos que em uma propriedade com um ou dois hectares, as famílias não aguentam esse período de estiagem. Como é que ela vai manter o seu banco de sementes, como é que ela vai manter os seus animais em dois ou três hectares, em duas ou três tarefas de terra? Se as propriedades não se aproximarem, pelo menos, de um módulo fiscal, fica inviável. A nossa luta não é só pela água, a luta também é por reforma agrária, é para garantir o acesso a terra. (Palmas) A luta é para que as famílias possam viver com dignidade nessa terra.



Estamos pleiteando também assistência técnica, o grande desafio. Temos muita gente boa formada pelas escolas agrícolas, pelas experiências em agro-ecologia, temos agricultores e agricultoras que são capazes de fazer assistência técnica numa outra perspectiva, numa perspectiva de preservação do meio ambiente, de cuidado com o meio ambiente. Nós estamos pleiteando que o governo invista, e que as chamadas públicas de ATER aconteçam com mais agilidade, que elas sejam mais acessíveis às organizações que estão permanentemente atuando no Semiárido.

Por fim, estamos dizendo no nosso documento que é importante garantirmos a comercialização, a venda de produtos e os bancos de sementes. Grandes avanços já foram feitos com o Programa de Aquisição de Alimentos, com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, mas é preciso investir mais na economia local, nas feiras locais para que os agricultores possam vender os seus produtos, comercializar e viver, realmente, com dignidade da sua produção local.

Bom, ainda há uma série de outras demandas, que a gente detalha melhor nesse documento, mas eu acho que tem outras falas, aqui, e a gente vai precisar garantir o tempo. Então, eu queria só reforçar dois pontos fundamentais para nós: que nós, sociedade civil, que esta Casa Legislativa, que as autoridades não permitam que as eleições municipais sejam o momento para a gente explorar a miséria de quem está passando sede, que nós não aceitemos trocar votos por carro-pipa ou por cesta básica. (Palmas) Vamos superar essa prática abominável. Eu acho que os deputados, as deputadas, nós, sociedade civil, temos a obrigação de garantir que a ética prevaleça.

Foi anunciado, aqui, o fórum para o debate entre o governo e a sociedade civil para a discussão mais ampliada sobre esse momento da seca. Achamos isso extremamente importante. Nós queremos elogiar o governo por essa iniciativa. E mais, gostaríamos que esse Fórum SOS, que trata da emergência da seca, se transformasse num fórum permanente de debate sobre convivência com o Semiárido. Outras secas virão, nós temos, aqui, uma dívida histórica com as populações do Semiárido, e esse fórum viria em bom momento, para discutirmos em longo prazo como vamos superar esses desafios que estamos enfrentando neste momento.



Gostaria de terminar a minha fala com o pensamento do saudoso Betinho, que diz o seguinte: “A luta contra a miséria e a fome tem dupla dimensão: a emergencial e a estrutural. A articulação entre as duas dimensões é complexa e cheia de astúcias. Atuar no emergencial, sem considerar o estrutural, é contribuir para perpetuar a miséria. Propor o estrutural sem atuar no emergencial é praticar o cinismo de curto prazo em nome da filantropia de longo prazo.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



3503

Ses. Esp. II 31/05/12

Or. Neusa Cadore

Consequências e Políticas de Convivência com o Semiárido.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Cleuza, companheira amiga da luta social da Cáritas e da ASA.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Vou passar a palavra à deputada Neusa Cadore, sei que as pessoas percebem que fica um pouco tarde, não vamos limitar o tempo, mas cada pessoa ou autoridade que fizer uso da palavra, por seu senso, farão uma síntese.

Deputada Neusa Cadore, fiz questão de convidá-la e pedir que ela ficasse até agora, porque essa mulher nasceu no Sul, portanto poderia viver mais sossegadamente nas águas de lá, mas ela preferiu conviver conosco no Semiárido. Na sua gestão de prefeita deu exemplo que é contado na Bahia, no Brasil e no mundo como uma política de permanência e de convivência com o Semiárido. Por isso, fiz questão de deixá-la aqui, mesmo tendo outros compromissos. Muito obrigada, Neusa, V.Ex^a tem a palavra.

A Sr^a NEUSA CADORE:- Boa-tarde a todos, quero saudar carinhosamente uma pessoa, que é a mãe da deputada Fátima, que é dona Maria Oliveira (Palmas). Com certeza é uma pessoa que representa bem a mulher e os homens do Sertão. Ela está sempre presente e nos alegra muito.

Quero dar um abraço na presidente desta sessão, a companheira Fátima Nunes, que vocês conhecem muito bem. Tenho grande alegria de ter a Fátima ao meu lado no exercício do meu mandato, uma companheira que defende muito os desafios do cotidiano, porque ela conhece muito bem e tem enfrentado com sabedoria, caminhando junto com o povo, e temos feitos empreitadas juntas, não é Fátima? Então, este é um momento importante, e esta Casa não podia ficar de fora deste debate. Parabéns por essa mobilização, por toda sua equipe. Quero saudar a todos da Mesa, na pessoa de Fátima e de outra mulher, que é irmã Cleuza, da Cáritas e da ASA. Acredito que nesta tarde, neste debate, não poderíamos deixar de destacar a importância da luta desse movimento.



Todas as pessoas que estão aqui, do governo ou os parlamentares ou as diversas representações que estão, sabem que estamos numa das maiores secas das últimas décadas. Dizem os pesquisadores que já atravessamos 72 grandes secas, e também sabemos que D. Pedro II, comovido com a seca de 1877, prometeu vender as joias da corôa para resolver esse grande problema.

Gostei muito daquele cartaz que diz: “O que faltava, chegou: vontade política.” Na verdade já vimos muita coisa acontecer nessas secas, durante muito tempo ela foi um instrumento de enriquecimento das oligarquias, e o momento do grande empobrecimento. Hoje pela manhã estava na Adab e vi um dado indicando que mais de 90% do nosso rebanho de pequenos animais está no Semiárido, exatamente na região, como o meu município, Pintadas, onde daqui a um mês ninguém tem mais onde entregar um litro de leite, porque produção de leite da cooperativa está em torno de 300 litros/dia. Então, a gente sabe que é um grande desafio.

Mas não quero chorar pitangas, não quero falar do gado que está morrendo, que sabemos que é o grande desafio, mas quero chamar a atenção de todos aqui, porque estamos com este Plenário cheio de militantes. E se a vontade política, hoje, é uma realidade que nós precisamos fortalecer, ela não caiu do céu. Foi construída nessa caminhada, Fátima. Somos quase a metade do território do Semiárido, e foram as organizações populares que criaram as condições políticas para que tivéssemos outro projeto de Brasil, de Bahia, de Nordeste, de Semiárido. É isso que temos que comemorar.

Achei interessante quando a Fátima disse que este é um dia de alegria. Podíamos está dizendo “este é um dia de tristeza”, já que estamos contando o gado que morreu, lamentando que os municípios não tenham nenhum barreiro ou uma aguada para abastecer o carro-pipa.

Considero que o nosso desafio, neste momento, é continuar na batalha. E a Asa é o grande símbolo de que a nossa força consegue pautar os governos e celebrar este momento de abertura dos governos para acolher as nossas elaborações.

Percebemos que o Água para Todos avançou muito na Bahia. Mais de 2 milhões de baianos, com a chegada do governador Jaques Wagner, tiveram acesso à água. A Embasa tem



números expressivos. Entretanto fomos surpreendidos, neste momento, quando vemos que não temos mesmo água para produção, para alimentar nossos animais e garantir a agricultura. Portanto, nossa economia sofrerá um abalo muito grande.

Então, companheiros e companheiras, são importantíssimos todos os fóruns, as audiências e as discussões territoriais que conseguirmos fazer neste momento. E todos esses eventos precisam deixar um saldo.

As previsões não são boas, mas a qualquer momento pode chover. Temos de nos fortalecer neste período de estiagem longa, a ponto de conseguirmos como saldo um planejamento. Nesse sentido, a Asa tem uma grande contribuição para que possamos avançar. Já foi dito tão bem por Cleuza “água de beber”, mas temos que saber, em cada município, qual é a demanda real de barragens, onde é possível instalar os poços artesianos. Como será a gestão da água, pois temos muitos poços com dificuldades de manutenção.

A Cerb pede que a gestão dos poços artesianos seja feita pelos municípios. Acho que essa companhia não dá conta de consertar tantos poços, não é, Dr. Bento?

Portanto, temos de avançar. No meu território, ou seja, o de Jacuípe, já fizemos seminário, audiência pública e queremos construir o Plano Municipal de Saneamento. Hoje, existe uma tarefa para os municípios e territórios construírem o seu Plano Municipal de Saneamento, que envolve esgoto, água e lixo.

Estou defendendo que possamos ter, dialogando com os saberes populares, com organizações como a Asa, com técnicos, mais clareza sobre a nossa demanda e como vamos nos preparar.

Quando Lula colocou Dilma para ser ministra de Minas e Energia, o governo federal se propôs – e conseguiu dar conta – a atingir a meta de universalizar o acesso à energia. Com muito menos dinheiro nós vamos garantir, nos municípios, uma infraestrutura hídrica que garanta a economia e a dignidade do Semiárido.

Parabéns a todos que para cá vieram. Parabéns, sobretudo, pela caminhada. A gente sabe o esforço da cada comunidade, cada associação, de cada liderança social ou política, sabe que neste momento o diálogo, a parceria com a sociedade civil, o debate e a construção coletiva são muito importantes.



Parabéns para a ASA, parabéns ao nosso governo, que está nesta linha, mas nós sabemos que essa vontade política que é uma realidade construída por nós, tem que ser, cada vez mais, uma vontade política que seja dirigida, compartilhada com a nossa luta, com o nosso saber, com as nossas necessidades.

Que a gente consiga, nesse período difícil, ter muito presente a importância da nossa contribuição neste momento para que as próximas secas possam registrar novos avanços e que a gente consiga isso que é fundamental para erradicar a pobreza. A presidente Dilma fala que o foco maior do seu governo é a preocupação com a erradicação da pobreza. Sem água e sem atender outras demandas de nosso Semi-Árido, a gente não vai erradicar a pobreza do Semiárido.

Então, essa é uma tarefa de todos e de todas nós.

Parabéns, Fátima, pela sua luta e por mais esse evento. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



3504-II

Ses. Esp. II 31/05/12

Or. Bento Ribeiro

Consequências e Políticas de Convivência com o Semiárido.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Parabéns para todos nós, que, com a vontade política, construímos este momento. Está ali na faixa: “O que faltava chegou, um pouco de água e mais ainda a vontade política”. Quero agradecer e parabenizar o vereador Manequinha de Adustina, e na pessoa dele agradecer a toda Bancada que me acompanhou nesta tarde.

Concedo a palavra ao presidente da Cerb, Dr. Bento Ribeiro. Na Casa, temos uma sirene que toca quando se completam 5 minutos. Hoje, a gente ainda não estabeleceu. Mas, pelo adiantado da hora, parece que vamos ter que pedir para programar. Dr. Bento sabe que tem palavra especial, porque ele é aquele que nos livra da frase que está na cantiga de Luiz Gonzaga: “Quando lama virou pedra e o mandacaru secou”... chegou a Cerb com a água para melhorar a vida do sofredor. (Palmas)

O Sr. BENTO RIBEIRO:- Muito obrigado, pela Cerb, deputada Fátima Nunes.

Boa-tarde a todos e a todas. É com imensa satisfação que estou aqui, hoje, porque é uma oportunidade que a gente tem para falar das ações que a empresa Cerb tem desenvolvido no Estado. Considero que são ações altamente relevantes. É sempre oportuno a gente ressaltar essas ações, porque elas estão diretamente relacionadas a esse tema e a esse debate que aqui se trava no dia de hoje.

Cumprimento a todos, especialmente a deputada Fátima Nunes, estendendo meus cumprimentos a todos que compõem a Mesa. Como já foi dito, a Cerb é uma empresa do Estado, é uma empresa pública que tem como a sua ação principal trabalhar no segmento da infraestrutura hídrica e se estende por todo Estado da Bahia. Temos 11 núcleos regionais, buscando atuar em todos os quadrantes do Estado. Esses 11 núcleos regionais desenvolvem ações, principalmente com foco na questão do abastecimento de água-pé. A nossa empresa, como já disse, é uma empresa pública, está vinculada à Secretaria do Meio Ambiente, vinculada a ação direta do nosso secretário Eugênio Spengler.



Voltando um pouco a nossa conversa para as ações que a CERB desenvolve, como eu já disse, as nossas ações estão voltada específica e mais diretamente para a questão do abastecimento de água, mas também atuamos na questão do esgotamento sanitário, operamos as grandes barragens do Estado da Bahia e, mais recentemente, o nosso corpo de trabalho foi ampliado para as ações de meio ambiente, especificamente e mais precisamente atuando na revitalização do rio São Francisco.

De 2007 para cá, com a criação do Programa Água Para Todos pelo governo Wagner, a nossa empresa assumiu a gestão do programa no que diz respeito ao Comitê Gestor. O Programa Água Para Todos tem a sua estrutura de gestão em dois níveis. Existe um comitê composto pelos secretários de estado e essa coordenação se dá através da Secretaria de Meio Ambiente. A Sema coordena o colegiado de Coordenação de Atuação do Programa Água Para Todos. E a Cerb faz a parte da gestão e coordena o Comitê Gestor que é composto, além da Cerb, pela CAR, Embasa, Conder, Sedes e Inema. Esse conjunto de instituições constitui os braços operativos das ações do programa em todo o estado da Bahia.

Ora, quando o Programa Água Para Todos foi instituído em 2007, nós encontramos a cobertura do abastecimento humano, no meio rural, com 32% apenas de água. Vocês vejam, um contingente muito expressivo de pessoas do estado da Bahia ainda não tinha abastecimento de água. Muito já foi feito de 2007 para cá. E eu posso dizer a vocês: o programa é vitorioso, sim, porque já conseguiu realizar muito.

Nesse período, já fizemos quase 90 mil cisternas domiciliares para consumo humano e mais de 2.700 poços perfurados. Dentre ampliação, construção e recuperação de sistemas de abastecimento de água, nós já fizemos mais de 2.300 sistemas de abastecimento de água. Com relação a este contingente de ações estruturantes para o abastecimento, nós já conseguimos fazer 612 mil ligações novas de água. Então vocês vejam que são ações bastante expressivas.

No que se refere ao segmento de esgotamento sanitário, nós já fizemos, aproximadamente, 20 mil melhorias sanitárias domiciliares. O que é isso? Construção de banheiros domiciliares. Nós já fizemos a construção de 58 grandes sistemas de esgotamento sanitário. E eu perguntaria a vocês: tudo isso já realizado é suficiente? Não. Por quê? Porque



a cobertura ainda é muito pouco expressiva. Daí, a decisão política do governador, no ano passado, em dar continuidade ao Programa Água Para Todos, porque muito ainda há para se fazer.

Logo, nesse contexto e por decisão do governador, agora, para até 2014, o propósito do programa é fazer mais 100 mil cisternas no estado da Bahia. A intenção é perfurar mais 2 mil poços para viabilizar a construção de sistemas simplificados de abastecimento, fazer barragens e ainda continuar o trabalho na área de esgotamento sanitário que é uma área bem mais específica da Embasa.

Vejam, mesmo com todo este esforço, certamente ainda se precisará, no futuro, dar continuidade a essas ações. Só essas ações não serão suficientes para que atinjamos a universalização do abastecimento de água até 2014 ou 2015.

Vejam, o esforço será ainda muito grande de todos nós, de todas as instituições e desta Casa, no sentido de batalhar, de ir atrás de recursos novos para viabilizar toda essa gama de ações que ainda será necessário realizar nos anos vindouros.

Já trabalhando e com recursos assegurados, nós temos mais de R\$ 4 milhões para esses três anos futuros, a fim de realizar todas essas novas ações necessárias. Já há um esforço muito grande de todos nós para darmos continuidade a essas ações.

Voltando um pouco para as ações mais específicas da CERB, a empresa tem nesse papel ou nesse conjunto de ações uma linha de atuação mais específica, que é trabalhar para aquele público que mais precisa, o público rural. Sabemos que o urbano já tem um percentual de cobertura, que eu diria, satisfatório, mas o rural, não. Precisamos voltar nosso olhar, nossa mobilização e todas as nossas energias para o público rural. É lá onde está o contingente da população do Estado da Bahia mais necessitado e onde a infraestrutura necessita de melhor ampliação.

Como disse, começamos em 2007 com algo em torno de 32% de cobertura de abastecimento de água e com todas essas ações que já realizamos no Programa Água para Todos atingimos um patamar de mais de 50%, mas vejam que ainda há mais de 50% a quem precisamos nos dedicar.



Precisamos nos mobilizar principalmente para atender à população rural, que precisa do nosso olhar especial, da nossa atenção. Nesse sentido, quero explicitar para vocês que o foco e a atuação da CERB é mais no sentido de ações estruturantes. Outros segmentos, outras instituições estão mais voltados para as ações emergenciais, mas o foco da CERB é trabalhar com ações estruturantes para o meio rural, atuando principalmente na construção de sistemas simplificados de abastecimento.

Dessa forma, fazendo apenas um resgate rápido de qual é o nosso intuito, desejo e mobilização, estamos com o desafio de executar 1.240 sistemas de abastecimento nos próximos 2 anos. A nossa expectativa, sim, é a de fechar este ano de 2012 com a construção de 500 sistemas. Já realizamos, de janeiro até o momento, a construção de 100 sistemas e estamos, hoje, com 215 sistemas simplificados de abastecimento em execução. O nosso desejo é o de atingir essa meta de construir 500 sistemas simplificados nos próximos meses.

Estamos finalizando um convênio com o Ministério da Integração, já dito pelo secretário Rui, no valor de R\$ 168 milhões, para intensificar essas ações. Mas não é só isso. Diante do clamor e da necessidade, na parte da dessedentação animal estamos com o desafio de fazer 300 sistemas de abastecimento para consumo animal, até porque, dentro da própria estrutura e dinâmica de perfuração de poços da CERB, em torno dos 25% dos poços perfurados são inaproveitáveis para o consumo humano, mas estão disponíveis para o consumo animal. Começamos a construir, agora, 90 sistemas para abastecimento animal e iremos atingir o objetivo de 300 sistemas também até o final do ano.

Além disso, desenvolvemos uma série de outras ações juntamente com as prefeituras, de convênios para fornecimento de tubos. É importante ressaltar a necessidade de que o convênio será executado, mas com as condições da qualidade de água e da boa técnica contempladas. Não faremos convênios de maneira aleatória. Os requisitos técnicos terão que ser atendidos e contemplados, porque a qualidade da água que será fornecida à população através dos convênios deverá ser de boa qualidade, com a condição de potabilidade atendida.

Não podemos distribuir água para as pessoas através de convênios se o requisito da qualidade da água não estiver garantido. Isso nos cabe preservar e garantir: a potabilidade, nós que somos técnicos da empresa.



É uma atividade extremamente relevante, porque iremos juntar os esforços do governo do Estado, através da Cerb, com os esforços da prefeitura. Esses recursos se multiplicam, porque aumenta a nossa potencialidade de aplicação de recursos.

Além disso uma série de outras ações estão sendo desenvolvidas. Nós temos várias perfuratrizes distribuídas no Estado todo fazendo perfuração de poços. A gente tem quinze perfuratrizes já trabalhando em campo os equipamentos da própria CERB.

Além disso, temos dois contratos em execução. Um já em execução para perfuração de mais 160 poços e outro em licitação de mais 200, para que a gente consiga dar uma dinâmica bastante acelerada, porque os poços por si só não significam nada. Você precisa ter o poço; o poço precisa da água; a água precisa ser tratada, e isso tem que se transformar num sistema de abastecimento, porque o poço só não quer dizer muita coisa. Então é esse o nosso esforço para que isso se transforme em 500 sistemas de abastecimento até o final do ano.

Além disso, estamos finalizando com a Funasa a construção de outros tipos de sistemas, que são os sistemas maiores, para obras em Ibicoara, Curaçá, Inhambupe, Rio de Contas, Glória, Encruzilhada, Pindobaçu e em Riachão das Neves. Esses investimentos são algo em torno de trinta e oito milhões que são feitos com recursos federais, através da Funasa, do PAC II, junto com o governo, com contrapartida do governo do Estado.

Nós temos outras obras em execução em Encruzilhada, Carinhanha e em Ribeiro do Largo, este conjunto aqui com mais, aproximadamente, dez milhões. Temos, ainda, ações específicas para áreas quilombolas em Boninal, Lençóis, Muquém do São Francisco, Vitória da Conquista, Barreiras e em Maraú, atingindo aqui, neste caso, aplicação em torno de sete milhões de reais, especificamente para comunidades quilombolas, com sistemas de abastecimento de água.

Temos, ainda, com recursos do Fundo de Combate à Pobreza, investimentos na ordem de 16 milhões para ações em Filadélfia, Rio do Pires, Nova Redenção e Planaltino. E temos já nessa parte de convênio de tubos algo em torno de 100Km de tubos nesse reforço de atuação conjuntamente com as prefeituras.



Por fim, temos ainda, com recursos do Ministério da Integração, algo em torno de 19 milhões para ações em Caculé, Licínio do Almeida, Sento Sé, Manoel Vitorino, Bom Jesus da Serra e em Mirante.

Então, vocês vejam, é um conjunto de ações, a gente trabalhando para o menor, para as pequenas comunidades que não podem estar esquecidas, mas também fazendo ações estruturantes de maior porte para conjuntamente com essas duas ações a gente conseguir levar água para todos, como efetivamente está preconizado no programa estadual.

Além disso, acabamos de fazer a inauguração da primeira etapa do Águas do Sertão, estamos numa perspectiva de fazer um aditivo para complementar mais umas cinquenta comunidades da região, e já em processo avançado de negociação no Ministério das Cidades para o bloco noroeste, como foi dito pelo secretário Rui Costa, ações do Águas do Sertão para o bloco noroeste que pega Monte Santo, Euclides Cunha, Quijingue, Queimadas e Cansanção. Então, vocês vejam, é um esforço gigantesco que estamos fazendo para que, efetivamente, a gente consiga, através dessas ações estruturantes, levar água para todos.

Aqui me coloco à disposição de todos vocês na Cerb para, enfim, qualquer esclarecimento adicional e para que a gente possa trabalhar com afinco e, no final das contas, lá adiante, a gente possa dizer: sim, o esforço valeu a pena. Efetivamente, conseguimos construir algo que permanece para sempre, eu diria assim, porque o importante é que seja água para todos, mas água para sempre. E que essas ações, efetivamente, possam levar água para todos, mas água de qualidade, água tratada, água que possa dignificar todos aqueles que moram, principalmente, no Semiárido baiano. Era isso, deputada, e estou à disposição.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



3505-II

Ses. Esp. II 31/05/12

Or. Marcos de Sousa Freitas

Consequências e Políticas de Convivência com o Semiárido.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Agradeço, Dr. Bento, sua presença aqui é muito importante. Já de antemão, quero dizer ao senhor que essa turma que veio do sertão, cada um passou ou no seu gabinete, já pela manhã, ou passou no meu ou no gabinete de algum deputado e deixou os envelopes com os pedidos daquelas comunidades que ainda estão em planejamento ou ainda falta isso, como o senhor disse. Como faltam ainda 50%, eles já trouxeram o plano dos 50%.

Queria agradecer imensamente sua disponibilidade de atender nosso povo.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Passo a palavra para o Dr. Marco Airton de Sousa Freitas, que trabalhou tão bem esse livro que está ensinando como a gente vive e convive com a seca. E ele afronta ao dizer: “Que venha a seca pois estamos preparados!”

Antes, quero registrar a presença da deputada Maria del Carmen e convidá-la para fazer parte da Mesa, porque é muito importante. Sei que o tempo de V.Ex^a está corrido, mas dois minutos que fique aqui prestigia a nossa luta, que não é de agora. Depois, ouviremos ainda: Dr. Elionaldo; o prefeito de Maracás, representando a UPB e, para encerrar, vamos ouvir o secretário Dr. Eugênio e o deputado Federal Dr. Amauri.

O deputado Josias Gomes deu uma saída mas voltou e tem vaga aqui o meu lado. Sei que está resolvendo umas coisas...

Com a palavra O Sr. Marcos Airton de Sousa Freitas, da ANA, Agência Nacional de Águas.

O Sr. MARCOS DE SOUSA FREITAS:- Em primeiro lugar, gostaria de, em nome da deputada Fátima Nunes, cumprimentar toda Mesa, a plateia e agradecer o convite enviado à direção, ao Dr. Presidente André Vicente Andreu e ao Dr. Paulo Vieira, diretor de Hidrologia da Agência Nacional de Águas.

É de grande importância a questão da gestão dos recursos hídricos, em especial em região semiárida. A Agência Nacional de Águas foi criada em 19 de dezembro de 2000, há 12



anos, portanto, que vem atuando na implementação da política nacional de recursos hídricos, ou seja, através da implementação da lei 9433, de 1997 que tem esse paradigma de implantar no País a gestão de recursos hídricos. Dentre os diversos instrumentos da gestão de recursos hídricos alguns deles já foram aqui citados, enumerados. O primeiro e importante instrumento são os planos de bacias hidrográficas, ou seja, são planos com horizonte de 20 anos, onde se detalha tanto a questão de disponibilidade hídrica de uma determinada bacia hidrográfica quanto a demanda para aquela bacia, ou seja, esse balanço entre o que tem de disponibilidade hídrica que, em geral, nas regiões semiáridas essa disponibilidade está aquém da demanda. Isso olhando um horizonte de longo prazo, de 20 anos. Esses planos são elaborados para cada bacia, ou seja, a Agência Nacional de Águas elaborou o Plano Nacional de Recursos Hídricos, a visão de todo o País. Os Estados elaboram planos estaduais de recursos hídricos e são elaborados também planos das grandes bacias. Por exemplo, A Agência Nacional de Águas já elaborou o plano da Bacia do Rio São Francisco. Muitos, talvez, de vocês, participaram dessa discussão, da elaboração desse processo do Plano da Bacia do Rio São Francisco.

Então, esses planos são importantes porque, depois, isso se desdobra em programas, em projetos. Muitas dessas ações de programas e projetos que foram citados aqui provêm desses planos, ou seja, são rebatimentos desses planos de longo prazo.

Outro instrumento importante é o instrumento da outorga de direito de uso da água, que é o instrumento que vai dar o acesso, a garantia de água a todos os brasileiros, o que é previsto em nossa Constituição de 1988, isto é, que a água é um bem público e o acesso à água deve ser de todos. A universalização do acesso à água é uma meta a ser perseguida. E o instrumento para isso é o instrumento da outorga, ou seja, da autorização do uso da água.

Outro instrumento importante prevista na lei nº 9433 é o enquadramento dos corpos em classe segundo o uso preponderante. Ou seja, não basta termos o acesso a água em quantidade, temos que ter o acesso a água em quantidade mais adequada ao uso que se quer dar àquele recurso. Foi também aqui mencionado, de forma bastante cabal, que para cada uso se requer uma determinada quantidade. Água para abastecimento humano tem um nível de potabilidade que requer um determinado nível de qualidade. A água para dessedentação



animal já se tem um outro uso. Então, o instrumento do enquadramento é o que garante, ou seja, a classificação de cada trecho de rio, de cada corpo d'água, reservatório, açude e barreiro para identificar qual a classe adequada àquele uso para cada água. Então, garantir água em quantidade, mas também em qualidade a cada uso.

Um outro instrumento é o da cobrança pelo uso da água, ou seja é um recurso que serve para a manutenção e a operação dos sistemas de abastecimentos d'água. Então se foi comentado aqui sobre a implementação de novos sistemas, de novas barragens, de novas adutoras, tudo isso vai requerer recursos para se fazer essa gestão, para a manutenção e operação desses sistemas. Então, esses recursos, em parte, poderão ser advindo da cobrança do uso da água.

E por fim não se faz gestão sem informação. Um outro instrumento importante da Política Nacional de Recursos Hídricos é o sistema de informação sobre recursos hídricos, onde se tem todas as informações da vazão dos rios, dos níveis da água de cada reservatório, da qualidade de água, ou seja, dos sedimentos, o grau de contaminação da água. Todas essas informações para o País inteiro estão disponíveis, abertos para toda a sociedade. Esse sistema de informação qualquer cidadão pode acessar a página na *internet* da ANA e ter acesso a essas informações, a esses dados.

Então, isso é primordial para o monitoramento, para o acompanhamento dessas questões, em especial durante esses eventos extremos, como a seca que estamos agora vivenciando e cheias também em outras partes do País. Temos agora a maior cheia no Amazonas, em Manaus, desde 1904, ou seja, desde que é medido o nível d'água em Manaus, temos hoje em mais de 100 anos, a maior cheia do País. Então, temos que conviver ao mesmo tempo num País continental com extremos de extrema seca e extremas inundações e cheias.

Esse instrumento do sistema de informação é fundamental e capital nesse processo. E tudo isso é fundamental que se dê articulado entre os entes federativos da Nação, ou seja, a União, com a Agência Nacional de Água com os órgãos estaduais, os órgãos de meio ambiente e recursos hídricos dos estados e o município. Toda essa articulação entre a União, estados e municípios, trabalhando de maneira articulada e também com a ajuda de outros



entes, como os Comitês de Bacias Hidrográficas, que têm representação do poder público, da sociedade civil e dos diversos atores dos usuários de água, desde a geração de energia ao saneamento, os irrigantes, pescadores, ou seja, todos os usuários de água de modo a se compatibilizar e garantir o uso múltiplo dessas águas. Tudo isso de maneira descentralizada e com a participação da sociedade.

Então, quando se fala em gestão dos recursos hídricos, todo esse sistema de acompanhamento, de monitoramento da quantidade e qualidade de água e também dos investimentos, as ações e obras de infraestrutura adequadas. Percebe-se que tem que se atuar na questão da gestão, ou seja, do aumento da disponibilidade de água para que garanta água a todos, 100% de água a todos os cidadãos. Por outro lado também, há de se trabalhar na gestão da demanda, ou seja, fazendo com que essa escassa água, que em determinadas regiões não é abundante, se utilize de maneira racional, que não haja desperdício. Atuar na gestão do aumento da oferta de água e também evitar desperdício utilizando-a de maneira racional.

Nesse sentido, a ANA elaborou diversos estudos e planos, todos eles disponíveis a toda a sociedade, como o Plano Nacional, o Plano da Bacia, e, como foi mencionado aqui, em especial, para a região do Semiárido, um estudo muito importante, o Atlas do Semiárido. Nesse estudo, a ANA inventariou mais de 1.010 municípios com menos de cinco mil habitantes na sede, foi feito um levantamento de toda a disponibilidade e demanda no horizonte de 20 anos e propostas de soluções de obras para resolver ou sanar essas questões de recursos hídricos.

É importante que nesses fóruns de discussões essas obras sejam elencadas, os diversos programas dos estados e dos municípios, porque já existem soluções técnicas propostas nesse Atlas. Também a utilização de outros instrumentos, não só dos diversos ministérios. Porque a ANA não executa a obra em si. Nesses estudos nós apresentamos soluções e o acesso à implementação da construção dessas obras de infraestrutura fica a cargo de outros ministérios, como o da Integração, o das Cidades, o MDS e outros.

Um outro ponto que a Agência Nacional da Água vem trabalhando é a implementação em conjunto com os Estados em cada um dos Estados da sala de situação, ou



seja, são salas em conjunto com a Defesa Civil para as situações de crise, como nas secas e cheias.

Está sendo elaborado em cada estado mapas de inundações, em caso de cheias, e também de secas, essas ações em conjunto com a Defesa Civil e também em articulação com dois novos entes federativos criados recentemente, que são o CENAG – Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, vinculado ao Ministério da Integração, da Secretaria Nacional de Defesa Civil, e o Cemaden, que é o órgão responsável pelos alertas de eventos extremos, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que trabalha em articulação com o INPE e o Imetro – que são institutos de meteorologia. Por isso foi possível todo esse avanço tecnológico de modelagem de clima prever, com uma certa antecedência, que haveria esses períodos de seca no caso do Nordeste do Brasil. E daí já se antecipar as ações, os programas.

Nessa sala de situação é feito esse acompanhamento, esse monitoramento se a seca está ficando mais severa ou menos severa, quais as ações que podem ser intensificadas, implementadas, o que se pode reduzir, em função da severidade dos extremos, em caso de seca e de cheias.

As consequências do período de seca são sabidas de todos, de quem mora no Semiárido principalmente. Eu, por exemplo, vim do Semiárido do Estado do Piauí, que é um dos mais pobres e que recebe menos recursos, desde pequeno convivi também com a questão da seca, tive a convivência com o Semiárido.

Como foi bem mencionado aqui, não nos cabe brigar, combater a seca. Ela é um evento hidrológico, cíclico, recorrente, e vai sempre existir. Vai haver período de fartura e período de menos precipitação, então o que temos de fazer é essa adaptação, essa convivência com o Semiárido. Então, de fato, o Semiárido da Bahia, grande parte dela está em região Semiárida. Portanto, todas essas ações de infraestrutura de longo prazo e outras emergenciais são necessárias para suprimos e passarmos por este momento que vivemos.

Gostaria de enfatizar a questão desse sistema de gestão, desses estudos e planos que a Agência Nacional de Águas, em articulação com os órgãos estaduais e os diversos outros municípios, vem fazendo, subsidiando várias dessas ações que foram citadas aqui.



Elas são fruto desse trabalho anterior que a ANA vem realizando, mapeando, fazendo esses estudos em articulação com os estados.

Gostaria, para não me alongar, de agradecer mais uma vez a possibilidade de estar aqui neste fórum na Assembleia Legislativa da Bahia para discutir um tema tão importante. E de enfatizar a pessoa da deputada Fátima Nunes por louvar esta questão, que é um tema de fato relevante e precisa não só de curto prazo, mas também, como bem falou a colega da Cáritas, de transformar isso num fórum contínuo e permanente de discussão das ações.

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



3506-II

Ses. Esp. 31/05/12

Or^a Josefa Garcia Santana

Consequências e Políticas de Convivência com o Semiárido.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Dr. Marcos.

E tem muita gente aqui perguntando onde pode comprar esse livro para se prevenir.

Queria registrar que o Dr. Abelardo de Oliveira, presidente da Embasa, foi convidado e mandou um ofício justificando sua ausência. Também vou justificar a ausência do deputado Zezéu Ribeiro, com quem estive ontem em Brasília. Por estar cuidando da relatoria de uma medida provisória, ele não pôde chegar a tempo. O ministro da Integração Nacional igualmente justificou a sua ausência e se colocou à disposição, mandou o seu ofício. O deputado Marcelo Nilo também justificou a ausência dele devido a viagens no Oeste, mas agradece e parabeniza a colega pela oportunidade de realizar esta brilhante sessão.

Queria registrar ainda as presenças do Sintraf, do Sindicato dos Servidores Municipais, de representantes dos municípios de Alagoinhas, Crisópolis, Nova Soure e Queimadas, de Ricardo Bispo, presidente do Movimento Gay de Candeias, e Bira Lopes, presidente do Movimento Gay de Mata de São João. Registro também todas as Bancadas que vieram dos municípios de Itapicuru, Brejões, Cansanção, Canudos, Dias D'ávila e Inhambupe. A Humanas, que atua na região do sisal mas tem sede em Quijingue. Do Fórum de Desenvolvimento de Canudos, que congrega várias associações. Das Bancadas de Lauro de Freitas, Aporá, Euclides da Cunha e Jeremoabo. Do representante da Associação de Sambaíba, Itapicuru, de representantes da Embasa, funcionários que estiveram aqui presentes conosco, representantes e assessores da CAR, da Colônia de Pescadores de Canudos, do representante do Inema, do MMTR, da Direc, da ASA, da Superintendência de Patrimônio da Bahia, de Dr. Rafael, que esteve conosco, da APLB, do diretório do PT, das EFA's, das representantes de fundo de pasto, da ECO e da Arcas.

Antes de passar a palavra para os oradores que ainda faltam, gostaria de ouvir mais duas organizações não governamentais, a professora Zefinha, que vai falar para nós, e ver o



vídeo de 3 minutos da Arcas, que está pronto para podermos assistir. São trabalhos desenvolvidos pelas instituições que muitas vezes, até sem apoio governamental, têm experimentado, feito e servido muito exatamente nessas horas de muita carência de necessidade da água.

Com a palavra, então, a Professora Zefinha, e depois o Dr. Elionaldo Teles, da EBDA.

A Sr^a JOSEFA GARCIA SANTANA:- Boa-tarde a todos e a todas que se fazem presentes nesse importante momento. Quero saudar a Mesa, principalmente na pessoa da deputada Fátima Nunes, pela iniciativa de buscar a discussão dessa importante temática.

Por conta do tempo e também do que já foi apresentado aqui, e até porque a sirene já foi ligada, eu vou ser bem rápida. Eu gostaria de dizer três coisas importantes. Como já foi apresentado aqui, a gente viu que o Brasil é um país rico na hidrografia, a gente tem aí grandes mananciais, a gente tem aí muitos recursos hídricos e temos que lutar e buscar, junto aos órgãos competentes, aos entes federativos, para que esses recursos não sejam leiloados, não sejam privatizados, para que esses recursos que nos foram dados por Deus, que são dádivas, presentes de Deus a nós, brasileiros, sejam nossos, para garantir a vida e a existência das gerações futuras (Palmas). Pensando aí em privatizações passadas, que isso não seja garantido, que a gente fique atento a isso.

Um outro ponto é a questão do investimento. Questões de investimentos na agricultura familiar, ações que já são existentes, que já são do conhecimento de todos, ações que foram apresentadas hoje, mas que essas ações, realmente, cheguem, de fato e de direito, ao camponês que está lá. Porque, infelizmente, a gente fica triste, mas a gente sabe que poucos têm acesso a essas ações que foram criadas e pensadas para ele, por lei e por direito.

Então, que novas formas, que novas ações, novas políticas sejam pensadas para que, realmente, o agricultor familiar acesse essas ações, acesse esses créditos, porque até então conta-se a dedo aqueles que conseguem.

A gente vê aí como é apresentado, a forma como o investimento é dado ao agronegócio, e a gente precisa achar formas também de defender a agricultura familiar, até porque a gente sabe que 70% dos alimentos do nosso país vêm da agricultura familiar. Então,



não somos pequenos agricultores, somos grandes, grandes homens, grandes mulheres que estão lá no campo, resistindo como o mandacaru (Palmas). Por isso eles devem ser olhados com carinho, olhados com a atenção que merecem, porque é esse povo bravo que vem aí resistindo a tantas lutas, a tantas secas.

Se a gente pegar aí e ver, há 50 anos atrás, o grande poeta Luiz Gonzaga, quando ele lançou Asa Branca, A Volta da Asa Branca, A Triste Partida e a gente olha agora, a gente não vê diferença. A gente vê lá na nossa região, pais de família que deixam suas esposas, que deixam seus filhos e vão para Ibitinga cortar cana, vão colher laranja, porque não têm mais como sustentar sua família. E nós estamos na era tecnológica, a tecnologia está aí a nosso favor. Então, de que forma podemos usar esse recurso tecnológico, para que ações sejam criadas de modo a melhorar a vida desse camponês que está lá no campo, desse agricultor familiar, dessa agricultura familiar que está no campo? Então, pensar também nesse sentido.

Como eu sou da área da educação, gostaria também de puxar também uma outra questão aqui. Que os municípios pensem, também, com carinho na educação do campo, educação específica do campo (Palmas). A gente não pode fechar os olhos e aceitar uma educação urbana, se nós somos do campo, pensar em novas diretrizes da educação do campo. Por que temos que estudar a geografia do Sul e do Sudeste, se nós estamos no Nordeste? Por quê? Cadê as diretrizes? Buscar aí os municípios. Vamos estudar, formar novas diretrizes aí. Por que não estudar a convivência familiar dentro da escola? Ações pequenas, mas a gente sabe que o conhecimento científico, junto com o conhecimento popular, o saber popular, revoluciona, gente! Não estamos aqui querendo fazer mágica, mas estamos querendo apenas ser tratados com respeito que merecemos. Nós existimos, não é?

Sentir-me-ei muito feliz e realizada se cada um que estiver aqui presente, neste momento importante - desculpem-me, mas me direcionarei, principalmente, à quem mora nos grandes centros, porque já convivemos com a falta d'água e para vocês eles avisam quando faltará água; para nós é o contrário, avisam-nos quando chegará -, mudar pequenas ações: ao chegar a casa e tomar banho, tentar desligar o chuveiro enquanto está se ensaboando, escovando os dentes e lavando a louça. Se cada um pensar nisso, já mudar essas ações, ficarei muito feliz. Lembrar: puxa, aquela professora lá do sertão disse isso. A



temática da água está aí, a seca está aí nos meios de comunicação, mas fechamos as nossas portas e por não convivermos com essa realidade pensamos que é em outro país. Mas, não, é vizinho. É aqui do lado. Que possamos mudar as nossas ações!

Muito obrigada pela a atenção de todos.

(Não foi revisto pelo orador.)



3507-II

Ses. Esp. II 31/05/12

Or. Elionaldo Faro

Consequências e Políticas de Convivência com o Semiárido.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Com a palavra o Dr. Elionaldo Faro.

O Sr. ELIONALDO FARO:- Boa-tarde a todos e todas! Saúdo a presidente desta sessão, a deputada Fátima Nunes, os deputados da Casa presentes, cumprimento, especialmente a toda a plateia, toda a região Norte-Nordeste do Estado da Bahia, uma saudação especial ao município de Inhambupe, várias pessoas temos uma relação muito direta e dizer da importância deste ato para que as afirmações e as contradições entre o Estado e a sociedade estejam colocadas aqui, quero, inicialmente, dizer que existe, de fato, o Comitê estadual de Convivência com o Semiárido sob a coordenação do nosso secretário, Rui Costa. Dia 12 de junho, teremos uma vídeo conferência. Todas as salas da Direc, 32, na Bahia inteira, teremos uma relação direta também. Por isso, muitas das questões que foram tratadas aqui podemos, inclusive, aprofundá-las.

Só quero falar de duas questões especificamente, o secretário não tratou, que é a regra na negociação das dívidas do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil. O governo do Estado interferiu decisivamente, porque somos de um Estado continental. É preciso que todos compreendamos o tamanho da tarefa e da dimensão de em 8 anos resgatar uma série de situações que não se aplicavam e, ao mesmo tempo, propor alternativas de saída. Evidentemente que muitas das questões diagnósticas que tratamos aqui têm aprofundamento, têm desdobramento que temos encaminhado. Uma delas, por assim dizer, é a agricultura familiar.

Esse novo momento e novo olhar que temos na Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola passa, sim, pela aplicação real da Lei 12.188, que há 30 anos no Brasil se buscava a sustentabilidade. Evidente que o arcabouço do Estado não muda da noite para o dia. É um processo que também a sociedade busque essas mudanças. Então, toda a prestação de contas que se faz aqui nessa audiência e as proposições que a deputada está colocando para que façamos um debate democrático de acatar as proposições, discuti-las no



ponto de vista técnico e viabilizá-las faz parte de um processo que temos construído e que é difícil, sim - para quando queremos construir um processo democrático-, os problemas municipais.

As comissões em que a EBDA tem 200 escritórios no interior, estamos reforçando e colocando a nossa empresa à disposição. Essa questão da dívida é importantíssima, porque até o dia 31 de dezembro deste ano todos os agricultores familiares poderão ir às agências do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil. Em especial, no Banco do Nordeste que já pode ter novos créditos para o pronafiano, com 1% ao ano, 3% de carência e 10 anos para pagar. São dados significativos, temos que divulgar, vulgarizar, para que todos os agricultores tenham conhecimento.

Quero reforçar essa ideia do milho. É um dinheiro que depende de um cadastro precisa fazer pela Conab. Esse cadastro é feito basicamente na ADAB, na EBDA, na cooperativa e no sindicato, depende de uma estruturação mínima, porque são 9 pontos de depósito, o Dr. Rui falou aqui, e a gente tem que se articular para que, de fato, as pessoas possam ter acesso. Há essa dificuldade de organização porque no mercado a saca de milho custa 35 reais e você vai comprar a 18,10. Então é uma situação emergencial, mas que aponta efetivamente para que possamos ter resoluções verdadeiras para o futuro e de longo prazo estruturantes.

A nossa ação específica na agricultura. A gente hoje está construindo o complexo EBDA, CAR, Adab, Suaf, CDA e Bahia Pesca, com menos intensidade e articulação, o qual chamamos de complexo da agricultura familiar, que está lastreado dentro do PPA, dentro do programa Vida Melhor, que é um programa que pensa, inclusive, o que foi colocado aqui pela representante da ASA, a questão da assistência técnica com a possibilidade das chamadas públicas com o processo de mudanças significativas das relações de constituição da assistência efetiva para a agricultura familiar. Nós temos 3 biomas significativos e importantes e todas as experiência a gente está tentando absorver.

Queria fazer o destaque de outro programa que, realmente, vai mudar um pouco o conceito da ambiência animal no Estado que é o Pró-Alimentação Animal, um programa de palma adensada que é resistente à cochinilha-do-carmim. Trata-se de um experimento que



veio do Rio Grande do Norte que a gente está aplicando desde junho do ano passado e que vamos ter a oportunidade de aprofundar em várias regiões da Bahia.

Então, a tarefa de cidadania é do Estado, mas também da sociedade, na briga, no bom sentido, dos municípios para que a gente aplique bem os poucos recursos que temos diante da grande demanda. Mas a EBDA está presente em todas as regiões do Estado, junto com os outros órgãos, buscando melhorar, efetivamente, as condições de vida da nossa população.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3508-II

Ses. Esp. II 31/05/12

Or. Nelson Portela

Consequências e Políticas de Convivência com o Semiárido.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Desculpem a pressa, Sr. Diretor da EDBA.

Queria, em nome de todas as organizações, saudar o companheiro Benoni que é o mais novo cidadão soteropolitano e inhambupense. Ele recebeu o título recentemente pelo seu brilhante trabalho na organização do cooperativismo. Em seu nome, saúdo a todos que pertencem ao trabalho cooperativo.

Queria passar a palavra ao prefeito de Maracás representando a UPB. Como ele está percebendo, o tempo está encurtando. Ele já me prometeu que vai ser bastante rápido.

O Sr. NELSON PORTELA:- Boa-tarde a todos e a todas. Estou representando o prefeito Caetano, presidente da UPB, que não pode estar presente.

Quero colocar que a UPB nunca teve uma presidência atuante, juntamente com a sua diretoria, para defesa do municipalismo. E a UPB tomou algumas atitudes para ajudar os prefeitos a minimizarem a seca. Tivemos algumas audiências com o ministro da Integração, se não me engano foram 2 ou 3 audiências, com a ministra do MDS, com a ministra Ideli Salvatti, e conseguimos alguns avanços em termos de recursos para os municípios como, por exemplo, a liberação de retroescavadeiras. Foram liberadas 53 retroescavadeiras, vão ser liberadas mais 40 até o mês de julho; conseguimos a anistia do milho com o preço que o presidente da EDBA colocou aqui de R\$18,10; conseguimos o recurso, através da Codevaf, de 30 mil reais para a ajuda em carros-pipa; estão vindo mais 50 mil reais e o ministro disse que liberaria mais outro pagamento de 50 mil reais; conseguimos tíquete-alimentação para as famílias da zona rural que estão em estado de emergência. Digo, como prefeito de Maracás, no Semiárido, que já está em estado de emergência desde 2008, mas nunca enfrentamos uma seca como esta.

Há 47 anos, eu tinha 1 ano de idade, houve uma seca. Eu não me recordo, era criança, era criança, mas as pessoas mais idosas disseram.



Então, vamos lutar para que Deus nos abençoe, que São Pedro seja coerente e mande chuva, porque não podemos deixar o homem do campo vir para a cidade. Contamos com o governo federal, governo do Estado, tenho certeza que a presidenta Dilma e o governador Jaques Wagner serão sensíveis porque água é prioridade, é vida, é tudo em nossas vidas.

Muito obrigado e boa-tarde a todos. Queria aqui parabenizar a deputada Fátima Nunes por este evento e também convidar aqui todos a participarem de um evento que estaremos fazendo amanhã na UPB com o pessoal do Sonar para questões de previsões de chuvas. Estarão, acredito, todos os prefeitos das cidades que estão em estado de emergência para termos uma ideia de quando vai chover. Tomara que nossas previsões não estejam certas, nós, do Semiárido sabemos que só chove de novembro em diante. Mas vamos pedir a Deus que essa chuva venha mais cedo para não demorar tanto com a seca que assola a nossa Bahia, o Nordeste do Brasil.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



3509-II

Ses. Esp. II 29/05/12

Or. Amauri Teixeira

Consequências e Políticas de Convivência com o Semiárido.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigada, prefeito, e leve os nossos agradecimentos a toda a instituição.

Quero dizer que ontem também tivemos um café da manhã no DNOCS, no qual estiveram vários deputados da Bahia e na oportunidade pedimos a recuperação do açude da Tapera no município de Monte Santo, e também a recuperação de muitas barragens que se romperam nas chuvas de 2004. E, portanto, precisam ser recuperadas urgentemente para guardar a água da chuva que São Pedro, certamente, será clemente conosco e mandará bastante chuva.

Quero dizer que o fórum de Canudos nos entregou esse documento e vamos passar para todos os órgãos que estiveram aqui presentes na Mesa. Mas uma das coisas que vocês reivindicam aqui neste fórum já podemos anunciar para os irrigantes que foi aprovado no Comitê Gestor do Luz para Todos. Na quinta-feira da semana passada, conseguimos o investimento no valor de 3 milhões e 900 mil para levar a energia para o perímetro irrigado de Canudos, o que vai permitir fazer um novo sistema de irrigação pressurizado para economizar a água do açude de Cocorobó, que hoje corre a céu aberto naquelas calhas volumosas, salinizando, prejudicando e açoreando o rio. Então, teremos esse investimento e assim o DNOCS vai tratar das outras questões. São duas notícias boas aqui para nós, além das tantas outras que já foram anunciadas, mas a nossa preocupação continua.

Quero dar a palavra agora ao deputado federal Amauri Teixeira e, por último, o Secretário que fará o fechamento da sessão, e tem uma musiquinha aí na ponta da agulha do nosso famoso Flávio Leandro para ouvirmos e levarmos para casa a certeza de que, mesmo nas dificuldades, o sertanejo, como disse Euclides da Cunha, é antes de tudo um forte e que quando o Mandacaru flora também é certeza que a chuva chega. E, juntando a força da tecnologia com a vontade política e a clemência de Deus, nós iremos ter tempo melhor no sertão, se Deus quiser.



Com a palavra o deputado federal Amauri Teixeira.

O Sr. AMAURI TEIXEIRA:- Como serei buzinado daqui a pouco, quero cumprimentar todos os membros da Mesa na pessoa dessa deputada sertaneja, guerreira, lutadora, de fibra, Fátima Nunes, e parabenizá-la pela sessão.

Ontem, deputada Fátima, a Bancada do Nordeste, Josias estava lá, teve uma audiência com o Ministro da Integração, que nos passou alguns dados. A seca no Brasil hoje é reconhecida como estado de emergência pela União, são mais de 800 municípios. Na Bahia temos 215, ontem eram 213; hoje já são 215 municípios afetados. Mas isso aumenta todos os dias. Vamos chegar, até junho, a 1.100 municípios em estado de emergência. Vejam, 1.100 municípios em estado de emergência significam 25%, ou seja, $\frac{1}{4}$ dos municípios brasileiros atingidos pela seca. Isso é para os senhores terem a ideia da extensão deste problema.

Claro, além de todos os problemas, consequências e sofrimentos que a seca causa, ela, também, já dizimou a safra. E o prefeito de Maracás diz que está em estado de emergência desde 2008. Em outras palavras, isso significa dizer que os agricultores de Maracás já perderam três ou quatro safras.

Há uma expectativa. Se a seca se prolongar, teremos uma redução do rebanho bovino na Bahia da ordem de 50%. A estimativa de perda com a seca no Nordeste, segundo o Ministério da Integração, é de 19 bilhões, repito, a economia nordestina perderá com esta seca mais de 19 bilhões. Segundo a Secretaria de Planejamento, a Bahia estima uma perda de mais de 7 bilhões, ou seja, a seca vai empobrecer o Nordeste. E muito difícil será recuperar.

Houve uma seca no Vale do Jequitinhonha há dez anos. Estive estudando e pesquisando. Foi quase dizimado o rebanho bovino do Vale do Jequitinhonha. E, até hoje, 10 anos depois, este rebanho não voltou a ter a dimensão que tinha. Quem é agricultor, pequeno produtor e criador sabe que se ele tiver seu rebanho dizimado pela metade, para ele reconstituir este mesmo rebanho para o tamanho atual, ele precisará de mais 10 anos.

Então, minha cara Fátima, nós entendemos que a presidenta Dilma e o governador Jaques Wagner fizeram muito. Isso é verdade. Bento e Rui Costa apresentaram números. E eu ainda complementaria, pois faltou Rui dizer que estão sendo transpostas as águas da barragem de Pindobaçu para abastecer Itanhém, Saúde e Jacobina. As obras estão em curso



com mais de 69% de seu projeto. Esta é mais uma obra estruturante não citada, além das obras que Rui e Bento citaram.

É verdade que o governador Jaques Wagner investiu muito. É verdade que o Programa Água Para Todos é um dos maiores programas de abastecimento hídrico do Brasil. Foi o maior programa dos últimos tempos. É verdade que a presidenta Dilma enxergou a importância e replicou este programa. Mas, também, é verdade que a seca desnuda esta realidade e mostra a nossa fragilidade para enfrentar um fenômeno repetitivo, reconhecido e histórico.

A verdade é esta, qual seja, nós vivemos no miolo da seca. Fátima é sertaneja. E eu sou de Jacobina. Nós vivemos no miolo da seca. Se andar para cima, agrava; se andar para baixo, agrava. A Bahia tem poucas áreas que se salvam como o Oeste e o Sul. Mas o miolo tem mais de 260 municípios que mostram a fragilidade.

Todos os rios estão cortados. Todas as barragens estão com abastecimento bastante comprometido. Todos os grandes açudes e alguns, que eu nunca vi secar, secaram. Boa parte dos poços secaram. Cada vez mais, o carro-pipa anda para abastecer de água os locais afetados. Isso mostra que estamos em emergência.

É verdade o afirmado aqui – não sei se por Bento ou por outros que me antecederam, que o Ceará e Pernambuco estão mais preparados. Isso é histórico. É claro que o governador Jaques Wagner não tem nenhum problema com isso. Ao contrário. Ele tem aumentado os investimentos. Mas é claro que o Ceará e Pernambuco estão mais preparados estruturalmente para conviver com a seca do que nós.

Evidentemente, minha cara Fátima Nunes, você que luta como eu, a reestruturação, requalificação e ampliação da atuação do DNOCS... Temos de dizer a verdade também. Alguns órgãos federais são importantes mas tem atuação restrita, e o DNOCS é basicamente um órgão de atuação no Ceará. A Codevasf é basicamente uma órgão de atuação no Vale do Rio São Francisco, nas beiradas de Juazeiro e Petrolina, e não estende suas ações. A verdade é essa. Temos de revitalizar esses órgãos para além do que eles têm servido, para uso político.



Por que o Ceará tem a sua ação central e uma ação fabulosa com o DNOCS do Estado? Porque todos os seus presidentes normalmente foram cearenses. Por que a Codevasf tem uma ação fenomenal, fabulosa e importante na beira do São Francisco, entrando mais para Pernambuco? Porque a Codevasf sempre foi povoada por chefes desse clã político. Não podemos mais aceitar que determinados órgãos sirvam para fazer política específica, restrita, para determinada região ou determinadas pessoas.

A presidente Dilma Rousseff está colocando, meu caro Bento, meu caro secretário Elionaldo, 2 bilhões e 700 milhões em investimentos para minimizar os efeitos da seca. Ontem o ministro, meu caro Bento, foi claro quando questionamos se só eram esses recursos que teria, e ele disse que não seriam só aqueles, não. A presidente disse que aqueles eram para sondar a capacidade de execução. Se precisar de mais, teria mais. O senhor sabe, porque estava lá conosco, Rui Costa, Tito, que não pedimos 178 milhões para infraestrutura na Bahia. O senhor sabe que 178 milhões para construir os grandes sistemas na Bahia e os pequenos são altamente insuficientes.

Este é o momento de realmente a Bahia exigir mais recursos para que possamos, no mínimo, ter a mesma infraestrutura que o Ceará tem.

A presidente está colocando, Leonardo, 1 milhão de crédito Pronaf B que, pela primeira vez, vai ofertar recursos para o custeio. O produtor pode tomar recurso para comprar ração. É a primeira vez. Eu disse ao ministro Fernando Bezerra ontem, e tenho dito a Ideli, o prefeito é testemunha, e ao ministro Mantega que não adianta nada criar um novo crédito. Temos 640 mil sertanejos produtores e pequenos produtores em execução judicial e extrajudicial, inadimplentes. Consequentemente, com o nome sujo na praça para ter crédito.

É fundamental, para garantir acesso ao crédito, o diferimento de todas as dívidas de pequenos agricultores afetados pela seca e a suspensão imediata da execução das dívidas. E é também fundamental que haja um perdão da dívida dos pequenos agricultores, no mínimo de até 50 mil em valor nominal, podendo chegar até 100 mil. Se não fizermos isso - em Brasília às vezes tem síndrome de realidade - eles prorrogarão a dívida dos produtores para fevereiro do próximo ano.



Ora, quem mora aqui no sertão não tem dinheiro hoje e não terá dinheiro para pagar em fevereiro. O produtor vai produzir o quê? Ele deixou de produzir leite, deixou de fazer queijo, manteiga, deixou de vender galinha, ovos, deixou de vender porco, ele não tem safra, como é que conseguirá dinheiro para pagar em fevereiro, se não o tem? Em fevereiro, estará com a situação de inadimplimento mais crítica de que hoje. (Palmas!)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Para concluir.

O Sr. AMAURI TEIXEIRA:- Concluirei. A senhora colocou a buzina aqui, mas estou acostumado a falar; então, a buzina não me intimida.

É importante, meu caro Elionaldo, que insistamos. Insistamos muito. O primeiro deputado a falar isso fui eu. E aí, sem nenhuma modéstia, eu dizia que a Bahia merecia no mínimo o mesmo tratamento que foi dado à seca do Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, foi distribuído o grão para a ração animal. Insistimos nisso: grão para a ração animal! O governo federal da presidente Dilma... O ministro é sensível e colocou 400 mil toneladas de milho para distribuição de ração animal. Duzentas mil toneladas de milho a 18 e 10, vendidas em sistema de balcão. Temos que discutir isso, Elionaldo, porque não está estimulando a organização, o cooperativismo. Tem que privilegiar a venda em cooperativa, porque haverá o risco de grandes produtores usarem o pequeno agricultor para comprar com esse preço. (Palmas!)

Esse milho pode ser usado não para o pequeno agricultor e, sim, para comprar barato para grandes produtores. Temos que pensar: primeiro, um sistema de venda que estimule a organização dos trabalhadores, do cooperativismo, os arranjos solidários. Segundo, conhecemos o Nordeste, o pequeno produtor, Moita – você que foi da Defesa Civil –, hoje, lá no sertão não se tem 18 e 10 para comprar saco de milho coisa nenhuma. Não tem 18 e 10 para comprar coisa nenhuma! Vários deles! Então, tem que distribuir de graça para quem tem bolsa família. Temos que ter uma cota, com critério para aqueles mais necessitados, porque, se não, não vamos salvar o rebanho. Eles serão prejudicados.

Entendemos que a presidenta Dilma avançou muito. Entendemos que o governador Wagner fez muito. Entendemos, Bento, que o governo...



Eu votei, acho que era necessário. Josias votou. Criamos um regime diferenciado de contratação para a Copa. Vivemos a maior seca dos últimos 50 anos, e ninguém cria um regime diferenciado para a obra da seca! Vamos ficar, Bento, você acabou de me dizer, ontem cobre o ministro, parecendo que estamos vivendo na normalidade, fazendo obra com tanta exigência burocrática. Temos que criar um regime diferenciado de obra para combater os efeitos da seca imediatamente, para que os recursos cheguem aos órgãos, na CERB, mas, fundamentalmente, cheguem onde estão os agricultores e os produtores.

Se formos tratar essa situação, que é calamitosa, grave, como normalidade, acabará a seca – dizia a Bento – e os recursos não chegarão. Estamos fazendo de conta. Esses 2,7 bilhões terminarão não chegando. Choverá, os açudes estarão todos sem limpar, não estaremos preparados de novo para enfrentarmos a próxima estiagem. Então, precisamos enfrentar essa situação com a gravidade que existe e com a celeridade que merece, meus caros companheiros, se posso chamá-los assim por serem parceiros.

Além disso, Bento, estamos fazendo uma transposição importante para o Nordeste, que é a do São Francisco, não vou entrar no mérito aqui. A Bahia tem dois aspectos de integração de bacia, mas temos que pensar em integrar mais as bacias.

Temos o São Francisco chegando na adutora do feijão, obra que o governador Wagner está militando permanentemente. Esteve várias vezes no Ministério do Planejamento para assegurar recursos. Mas não vamos colocar água do São Francisco na adutora do feijão, e deixar de trazer de trazer água para a cabeça do Itapicuru-Mirim, que passa em Jacobina e em 149 municípios, e na cabeça do Rio Jacuípe, rio que banha uma das regiões mais áridas da Bahia.

Não podemos perder essa oportunidade, Bento, não podemos! Temos de melhorar nossa infraestrutura hídrica. Cisterna é importante? É. Mas cisterna não é estruturante, cisterna não pereniza, cisterna não garante o convívio mais prolongado da seca.

Eu e Walter Pinheiro, relator da Medida Provisória 565, estou nesse grupo, vamos incluir na MP 565 a anistia das dívidas dos pequenos produtores. Estamos discutindo isso com o governo, vamos prolongar os débitos dos médios produtores e vamos limpar o nome de 640 mil produtores rurais do Nordeste, para que possam ter acesso ao crédito.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



3510-II

Ses. Esp. II 31/05/12

Or. Eugênio Spengle

Consequências e Políticas de Convivência com o Semiárido.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigada, deputado Amauri. Demorou, mas falou muito bem. Ficaram muitas propostas para podermos continuar o trabalho. Deputado Josias Gomes, que estava aqui acompanhando e já dando o seu voto favorável, disse: agora é serviço que tenho para acompanhar esse deputado Amauri. Isso é importante porque estão sabendo que, mesmo passando pela dificuldade, não estão só.

Quero parabenizar e agradecer a vocês que, certamente, deixaram outras atividades do dia para estar aqui conosco. Essa batalha é de sempre, mas, daqui para frente se intensifica muito mais.

Agradeço ao Dr. Antônio Rodrigues que já foi diretor da Cordec, está desde cedo ali, e já se comprometeu comigo em me dar uma assessoria para compreendermos mais e melhor a lei de Defesa Civil. Tenho bradado em todos os cantos, muitas vezes aperreando os ouvidos do nosso Dr. Bento, na Embasa também não é diferente, na Secretaria de Combate à Pobreza, para ultrapassarmos, vencermos o desafio da burocracia. O recurso existe, os planos estão prontos, as pessoas gritando, e o dinheiro em caixa, sem poder ser usado para as obras.

Depois convocarei o senhor para, juntamente com a nossa Sub-Comissão de Recursos Hídricos – faço parte da Comissão do Meio Ambiente e estou na Sub-Comissão de recursos Hídricos – tratarmos dos temas que foram apresentados hoje, na Sessão Especial, das recomendações que a cada hora as instituições presentes têm trazido. Nosso grupo de trabalho, a nossa engenheira deputada Maria del Carmen e deputado Joseildo Ramos, que fazem parte conosco, fará um apanhado de toda essa riqueza do dia de hoje, das indicações e solicitações que estão chegando, das sugestões do deputado federal Amauri e do deputado Josias Gomes. Assim, chegaremos mais próximo de quem está com o capital e com a burocracia, para desenvolver os projetos e atender o nosso povo.

Para encerrar nossa sessão, quero convidar o Dr. Secretário do Meio Ambiente Eugênio Spengle. O Sr. Duda, de Antas, disse que também não sai daqui sem dizer uma



palavra. Vamos ouvir o nosso secretário, e depois eu passo a palavra ao senhor. Vamos quebrar o protocolo. Depois, ouviremos também as “Vozes da seca” de Luiz Gonzaga.

O Sr. EUGÊNIO SPENGLE:- Boa tarde a todos e a todas que se dispuseram a estar, aqui, nesta sessão. Quero cumprimentar e parabenizar a deputada Fátima Nunes. Na verdade, não sobrou muita coisa para eu dizer, deputada. Há algumas questões que eu gostaria de ressaltar, há alguns aspectos que não foram abordados, mas, basicamente, quero dizer que as ações que vem sendo desenvolvidas pelo governo são estruturantes, são emergenciais e tem de ser articuladas. Existem algumas ações emergenciais que acabam contribuindo, efetivamente, para o fortalecimento daquelas que são estruturantes.

Quero destacar, aqui, algumas situações importantes que também vem sendo desenvolvidas, a exemplo das ações de fiscalização que o governo do Estado e a Secretaria do Meio Ambiente, através do Inema, vem desenvolvendo junto aos usuários de água. Nós somos obrigados e a Lei é inteligente, porque ela é taxativa. No caso de escassez, a prioridade absoluta é para o abastecimento humano e uso para a dessedentação de animais. Sendo assim, naquelas situações, em cidades, em comunidades ou mesmo em regiões hidrográficas, como é o caso do Paraguaçu...

Nós temos um problema de água, que chega aqui em Pedra do Cavalo, que pode ameaçar o abastecimento das Regiões Metropolitanas, Feira de Santana e Salvador, se não tomarmos medidas agora. Portanto, tivemos de tomar algumas medidas bastante drásticas, duras, quais sejam: suspender outorgas de direito de uso de água, interditar captações de água irregulares e chegando, em alguns casos, inclusive, a apreensão de bombas e a abertura de barramentos irregulares em cursos de água, para que pudéssemos garantir a estabilidade ou, pelo menos, diminuir a velocidade do nível de alguns reservatórios de água importantes para o abastecimento de cidades.

Desde fevereiro essas ações vem sendo desenvolvidas em, pelo menos, 12 rios ou localidades, mesmo antes de anunciarmos com mais força as ações articuladas de combate aos efeitos da seca e toda a articulação do governo. Para a semana seguinte ao feriado, a partir do dia 11, nós teremos uma grande operação, às margens do espelho de água de Pedra do Cavalo, para identificar toda a captação de água para uso econômico irregular, interditar e,



se necessário for, uma semana ou 15 dias depois, iniciar a apreensão de bombas. Temos uma situação de cuidados, em relação a Pedra do Cavalo, que pode, efetivamente, gerar problemas no futuro.

É importante que se diga isso. Eu não venho, aqui, para alarmar ninguém, eu não quero causar pânico, mas não temos certeza se vai chover regularmente no período de chuvas. Nos últimos três anos, isso não aconteceu na maior parte dos municípios do Semi-Árido. Portanto, nesse caso, nós não podemos esperar para agir na situação de desespero, nós temos de agir preventivamente, para não termos um agravamento ainda maior. Nós torcemos, rezamos e imploramos que isso não aconteça, mas, caso não tenhamos a quantidade de chuvas que esperamos e que é necessária para recompor o nível dos reservatórios, para recompor o nível dos reservatórios subterrâneos naturais, essas medidas servirão para que ganhemos capacidade e um pouco mais de fôlego para retomar a situação de normalidade em relação aos próximos períodos.

Então, é uma ação... Eu brinco às vezes, deputado, que todo mundo anuncia obras e eu anuncio a questão um pouco mais dura, que ficou para o final. Não tem dúvida, é uma ação do Estado. Nós somos também responsáveis pela tomada de decisão e pelo encaminhamento dessas situações que são menos fáceis e menos simpáticas junto à comunidade, mas é o que a gente tem que fazer, e existimos também para isso. Então esta é uma situação importante, essas ações não são feitas unicamente pelo Inema, é uma ação articulada com o Derba, EBDA, Defesa Civil e várias outras instituições do Estado, prefeituras municipais, Polícia Militar, Companhia de Policiamento Ambiental, para que tenhamos uma capacidade maior de presença e de ação em relação a essas medidas.

Agora vou dar algumas notícias boas. Essa ação de fiscalização está comprovando um problema sério que temos na Bahia que, de certa forma, é um pouco mais grave do que projetávamos em relação à regularização dos usuários de água. Projetamos nas áreas de fiscalização e que pode ser reproduzido pelo restante do Estado, porque são áreas bastante esparsas e significativas, que menos de 2% dos usuários de água do Estado da Bahia possuem outorga de direito de uso.



Não é muito diferente do resto do Brasil, Minas Gerais não chega a 5 e sempre se vangloriou que tem o melhor sistema. Então, não é uma situação muito melhor, mas precisamos resolver; não se resolve imediatamente, mas precisamos ter uma política estruturante que em 5, 10 ou 15 anos tenhamos uma situação de maior controle em relação ao uso da água, porque ela está associada diretamente à questão da demanda e disponibilidade.

Precisamos saber quanto temos, qual é a demanda e, se não tiver para toda a demanda, quais são as demandas prioritárias e quais são as cotas que terão que ser estabelecidas para cada atividade econômica, para cada uso, garantindo um abastecimento prioritário e 100% de cobertura para o abastecimento humano e dessedentação de animais.

Isso é fundamental, porque bate no planejamento de novos perímetros irrigados. Não dá para promover perímetros irrigados, sistemas de irrigação sem saber se temos disponibilidade de água, e tem que levar em consideração esses períodos de escassez, não só no momento que tem disponibilidade de sobra. Então, precisamos pensar o planejamento do desenvolvimento do Estado a partir da realidade social, econômica mas também ambiental e de disponibilidade de recursos ambientais para atender, senão a gente joga dinheiro fora. Promove-se, financia-se e perde. Tem que ter um cuidado central.

Esse é um detalhe importante que precisamos atender. Diante disso estamos tomando algumas decisões importantes. Já este ano, do nosso orçamento direto da secretaria e INEMA, destinando praticamente 20 milhões de reais para contratação de planos de bacias hidrográficas, não só no Semiárido, mas com priorização para Paraguaçu, o Verde Jacaré, que são regiões hidrográficas importantes.

O plano de bacia hidrográfica do Salitre já está contratado com previsão de ser concluído no primeiro semestre de 2013. então é uma ação importante do governo que visa, como plano de bacia, estabelecer o planejamento da bacia hidrográfica. Então, teremos levantamento de cadastro de usuários, o plano vai nos dar essa condição, o enquadramento dos corpos hídricos, qual a condição da água que sai e que deve ser colocada, no caso do uso de uma empresa, o balanço hídrico que estabelece, como foi dito pelo representante da ANA, qual a disponibilidade que temos e qual a demanda, estabelecer o melhor regime de outorga pelo uso da água, a partir da identificação de disponibilidade de demanda e enquadramento e



também a cobrança pelo uso da água. Precisamos cobrar até para ter dinheiro para investir.

Então, para a partir do primeiro do ano que vem, no primeiro semestre, estamos preparando uma ação experimental para a cobrança pelo uso da água no recôncavo norte, que é onde tem um resultado econômico maior também pelo nível de uso pela indústria, definir a metodologia, a estratégia e estender, gradativamente, para todas as regiões e planejamento de recursos hídricos do Estado.

Essa é uma ação importante. Temos previsto até 2014 pelo menos dez planos de bacia de regiões hidrográficas. Se for possível, avançaremos um pouco mais para garantir essa organização de forma mais sistêmica.

Outro programa importante que estamos planejando – terá edital, inicialmente, de R\$ 1 milhão do orçamento do Fundo Estadual do Meio Ambiente – é o de recuperação de APPs, a ser implementado, a princípio, no Rio Prata, na região de Seabra, e no Rio Utinga. Os dois são do Paraguaçu, em regiões importante. O Utinga é um dos grandes contribuintes de água para o Paraguaçu, e é um rio perene. Existem áreas dele que não conhecia, mas as pessoas que vivem lá têm comentado que nunca secaram, mas há também áreas secas. Isso está associado à captação e à falta de chuva. Portanto, precisamos ter uma ação.

Tive a oportunidade de caminhar em alguns lugares. E principalmente sobrevoando uma parte do rio, vemos que mais de 90% das matas ciliares das APPs estão totalmente degradadas. Então é um programa de recuperação de matas ciliares de APPs que visará a identificação do que precisa ser feito, como também a identificação de matrizes para sementes, um banco de sementes, viveiros, um apoio e orientação para os produtores rurais, no sentido de garantir uma melhor recuperação.

E mais, não pode ser do dia para a noite, porque há alguns pequenos produtores que, historicamente, produzem na margem dos rios. Precisamos passar por um processo de conversão durante 2, 3, 4, 5 anos. Ele é um programa de médio e longo prazo, pois não se pode inviabilizar economicamente o cidadão. Tem que conservar, ninguém abre mão disso, mas a conservação também passa pela viabilidade econômica das atividades tradicionais que lá acontecem. Essa é uma ação importante. Orçamos no nosso PPA recursos para garantir esse processo.



Para encerrar, deputada, dentro desse programa de recuperação de APPs, vamos dar um enfoque todo especial às comunidades do entorno de unidades de conservação. Isso vai para além da seca. Criamos unidades de conservação, mas se não há nenhum projeto de desenvolvimento social e econômico, você acaba criando os desamparados da unidade de conservação. O cidadão perde a terra, às vezes não se regulariza, o cara não pode produzir, não pode vender e fica numa situação, às vezes, de miséria.

Precisamos garantir, obviamente, uma segurança do ponto de vista econômico e de desenvolvimento para as comunidades do entorno. Temos várias unidades de conservação no Semiárido, que é a região foco neste nosso encontro, embora não exclusiva.

Outro aspecto que gostaria de salientar é que estaremos fazendo no dia 5 de junho, à tarde, como acertado com Bento e com o INEMA, um levantamento de estudo. Além das barragens que foram anunciadas aqui pelo secretário Rui Costa, precisamos imediatamente identificar outras áreas do Estado que tenham possibilidade de ter projetos de construção de barragens para reservatório de água. Precisamos fazer isso urgentemente; identificar os recursos para elaborar o projeto e buscar o recurso para construção dessas barragens. Tem que haver um plano de construção de barragens, e sabemos que precisamos reservar mais água para garantir desde o abastecimento humano até outras questões.

Assim como o governador falou, eu acho, deputada – é caro, mas não vamos entrar no mérito –, que precisamos ver o Eixo Sul da transposição. Sei que tem gente contra, que critica essa transposição, mas ela é uma realidade e não podemos abrir mão desse investimento no território baiano, que ajudará, sim, a resolver alguns dos problemas estruturantes em relação à disponibilidade de água em parte significativa do nosso Semiárido.

Então, são essas as contribuições que eu queria trazer aqui, complementando vários dados já trazidos pelo secretário Rui, por Bento, por todos os segmentos, setores e pessoas que me antecederam, mas algumas contribuições importantes que acho que estão no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, do INEMA, da CERB, que nós precisamos urgentemente nos organizar para atender.

Muito obrigado.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. II 31/05/12

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Dr. Secretário Eugênio.

Nós já estamos encerrando aqui a sessão desta tarde. Já pedi a minha assessoria para passar recolhendo as sugestões que vieram, porque certamente desta sessão especial de hoje vamos levar para a Comissão de Meio Ambiente da Casa todas as sugestões que vieram, o conhecimento das ações que estão sendo realizadas e as sugestões que cabem a nós aqui no Parlamento discutir, elaborar propostas e votar.

Recentemente nós votamos aqui a nova lei do meio ambiente, facilitando os licenciamentos, regularizando as ações de atuação do INEMA, da Secretaria de Meio Ambiente e de outros órgãos, e sempre estamos aqui no parlamento a disposição para discutir. Toda quarta-feira temos a reunião da Comissão de Meio Ambiente, portanto, é uma reunião aberta que qualquer instituição pública e privada que tenha interesse em trazer para nós sugestões, nós estamos aqui para acolher, receber e transformar em projeto de lei, conversar também com o Poder Executivo, com o nosso governador, porque muitas das ações que envolvem recursos para execução precisam do diálogo com o Executivo, porque faz parte do nosso Regimento Interno e da Constituição Baiana.

Quero mais uma vez parabenizar e agradecer aos membros do Fórum de Canudos que desde já estão convidados para a próxima audiência na Comissão Especial do Meio Ambiente. Vou entregar um ao deputado Amauri, sendo que neste documento há ações emergenciais que o município já está recebendo a contratação. E aí qual é o nosso problema? É aquilo que a nossa companheira Cleuza colocou, nós precisamos, nosso gabinete vai se encarregar disso, com a ajuda também de outros órgãos, de enviar para para todos que estiveram presentes aqui, hoje, os contratos e convênios que foram assinados para a água, a limpeza de tanques e para as cestas para que as instituições dos municípios tenham conhecimento, busquem participar, em seu município. É verdade que há muitos prefeitos que compreendem que a ação é pública e tem que ser compartilhada, mas ainda há aqueles que não compreenderam o novo momento da política e, neste momento de seca, ainda usam do



artifício do carro pipa que vai entregar água na comunidade com o numero do seu partido. Portanto, isso precisa ser fotografado, denunciado e trazido aqui para esta Casa, também.

Ainda há prefeitos que recebem os ticktes da cesta básica e dividem pelos vereadores e cada vereador vai atrás do seus filiados ou dos seus eleitores. Isso também estamos aqui atentos para receber as denúncias e informar ao Ministério Público, porque jamais vamos permitir que a industria da seca que nós tanto lutamos para encerrar, nesse tempo novo que a sociedade participa, dialoga com os poderes públicos, crie situações como essas em alguns municípios.

No mais, queria também a agradecer a todos os internautas. Estão me informando aqui, secretários aqui presentes, que esta sessão foi altamente assistida por internautas, inclusive de comunidades bem distantes onde a internet é acessada nas lan houses dos povoados. Disse que está todo mundo ligado.

Então quero parabenizar a todos.

Aos que mandaram perguntas e sugestões, nossa assessoria de comunicação vai responder.

Agradeço profundamente a todos e todas das associações, das comunidades, dos sindicatos, aos vereadores e vereadoras, aos representantes de outros órgãos do governo que estiveram presentes aqui conosco. Agradeço também aos deputados estaduais e federais.

Neste momento, o Sr. Duda usará o microfone para encerrar esta sessão. Ele é do município de Antas, terra do presidente Marcelo Nilo.

Deputada Maria del Carmen, muito obrigada por sua presença.

O Sr. João Ciriato:- Companheiros e companheiras, boa-noite. Achei muito bonita a fala da Mesa. Falaram muito sobre a agricultura familiar. No meu tempo, chamavam lavrador. Tenho uma grande preocupação com a agricultura familiar. Sabem por que tenho essa preocupação?

Porque no meu tempo, na década de 50 até 64, a gente não via os hospitais inchados. O povo não cabe mais nos hospitais. A agricultura familiar tem que acabar com os inseticidas nas verduras, tem que acabar com o agrotóxico nas roças, companheiros. Estamos



comendo veneno, o povo está morrendo envenenado. (Palmas) A pessoa vai andando e cai morto. Foi ataque de coração. E coração aguenta veneno, companheiros?

Venho a esta tribuna com todo o respeito. E peço ao Parlamento que tome uma providência com essas fábricas. Os Estados Unidos não querem mais agrotóxico, por isso mandam para o Brasil.

Companheiras e companheiros, vamos deixar esse negócio de lado. Acredito que na agricultura familiar tem que ter adubo orgânico. Os pastos estão envenenados. Há poucos dias vi na televisão que examinaram o leite de uma mulher e deu que tinha agrotóxico. E como ficará a saúde dessa criança que bebeu esse leite?

Vamos olhar para essas crianças. Espero que os jovens tenham uma família sadia, comendo comida saudável. Vamos condenar essas fábricas de agrotóxicos.

Olhem o exemplo. Digo isso a vocês porque dói no coração o que já passei com a minha família. Minha mulher morreu de repente porque comia fruta envenenada.

Muitos se formaram em técnicos em Agronomia. Cadê que não tem concurso público há mais de 40 anos para esse povo?

Acorda, governador! Acorda e faça concurso público. Bote esses jovens para trabalhar, para ensinar ao povo a plantar e colher produtos orgânicos. Assim todos nós ficaremos saudáveis. Os meus filhos, meus netos e os de todos vocês.

Muito obrigado, companheiros. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Obrigada, Sr. Duda.

Em nome do Poder Legislativo, agradeço as presenças das autoridades civis, militares e eclesiásticas, aos Srs. Deputados e Deputadas e aos senhores da imprensa.

Declaro encerrada a presente sessão.